



**Estratégia Nacional de Segurança  
Alimentar e Nutricional**

# **2º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO**

**Grupo de Trabalho para a Monitorização da  
ENSANP**

**Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

# Ficha técnica

Título: 2º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO – ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTUGAL

Edição: GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa

[www.gpp.pt](http://www.gpp.pt)

Data de Edição: julho 2024

Versão: 1.1



# Índice

<b>Sumário Executivo</b> .....	5
<b>Enquadramento</b> .....	7
<b>Monitorização da ENSANP</b> .....	10
<b>Aspetos e propostas complementares</b> .....	16
<b>Propostas a considerar na monitorização da ENSANP</b> .....	17
<b>Conclusão final</b> .....	19
<b>Anexos</b> .....	20
<b>Medida 2.1 Relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 2</b> .....	21
<b>Medida 2.2 Identificar boas práticas na área da saúde e nutrição</b> .....	37
<b>Medida 2.3 Impactos da estratégia do plástico na cadeia alimentar</b> .....	41
<b>Medida 3.1 Elaborar relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 3</b> .....	50
<b>Medida 3.2 Identificar sistemas locais de abastecimento e consumo alimentar</b> .....	69

# Abreviaturas

- **Agenda I. (Terra Futura)** - Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030
- **APED** – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
- **CCL** - Comprovativo de compra em lota
- **CONSANP** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- **CdBPC** - Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar
- **EIPAS** - Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável
- **ENM** - Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030
- **ENEC** - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- **ENCDA** - Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
- **ENSANP** – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- **ESAN-CPLP** - Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- **F2F** – *Farm to Fork*
- **GT ENSANP** - Grupo de Trabalho para a Monitorização da ENSANP
- **OAME** - Oferta Alimentar em Meio Escolar
- **PAC** – Política Agrícola Comum
- **PAEC** - Plano de Ação para a Economia Circular
- **PARCA** - Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
- **PNPAS** - Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
- **PO APMC** - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

## Sumário Executivo



A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP)<sup>1</sup> elencou um conjunto de iniciativas e estratégias que globalmente contribuem para promover a transição para sistemas alimentares e nutricionais sustentáveis, saudáveis e inclusivos. Para garantir o adequado acompanhamento e monitorização desta estratégia, foi criado o Grupo de Trabalho para a Monitorização da ENSANP<sup>2</sup>.

Nesta segunda monitorização anual da ENSANP são apresentados dados relativos ao ano de 2023<sup>3</sup>. No entanto, a ausência de informação relativamente a alguns dos indicadores da ENSANP, ou mesmo a impossibilidade de definir métricas em alguns aspetos, impede uma análise mais aprofundada, quer pela ausência de séries de dados suficientemente longas, quer pela sua natureza, sendo relevante ponderar futuramente um conjunto de indicadores que possa contribuir para uma melhor avaliação. Destaca-se, contudo, o seguinte:

**(1)** No período em análise, a taxa de inflação em Portugal, apesar de apresentar uma evolução tendencialmente decrescente, atingiu o valor máximo de 10 % em outubro de 2022, com a taxa de inflação dos produtos alimentares não transformados (carne, peixe, frutas e hortícolas) a chegar aos 20 %, em fevereiro de 2023, tendo-se verificado uma descida progressiva destes valores ao longo do ano de 2023, alavancada pela medida IVA Zero<sup>4</sup>, no caso dos produtos alimentares não processados.

Esta elevada taxa de inflação pode ter contribuído para uma alteração de comportamentos relacionados com o estilo de vida e para maiores dificuldades no acesso aos alimentos, comprometendo o estado nutricional da população portuguesa e o acesso a uma alimentação saudável, evidenciado nomeadamente pela:

- Taxa de risco de pobreza, que aumentou 0,6 pontos percentuais face a 2021;
- Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa da população residente, que aumentou de 0,7 pontos percentuais relativamente a 2022;
- Prevalência de excesso de peso infantil face que aumentou 2,2 pontos percentuais relativamente a 2019.

**(2)** Em sentido contrário, registou-se uma evolução positiva de alguns indicadores, nomeadamente:

- Rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) comparado com o rendimento médio dos restantes setores da economia;
- Consumo diário de fruta fresca e hortícolas de crianças dos 6 aos 8 anos;
- Média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal e média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar;
- Número de crianças que participaram no Regime Escolar.

**(3)** O peso da produção organizada face à produção nacional, em valor, nos setores das frutas, produtos hortícolas, cereais e carnes, globalmente não registou, alteração desde 2020.

**(4)** O nível anual do desperdício alimentar em Portugal, traduz um agravamento do problema, sendo as famílias responsáveis pela maior parcela de desperdício alimentar.

**(5)** Foi disponibilizada, no passado mês de maio, uma área dedicada à comunicação da ENSANP em <https://www.gpp.pt/index.php/ensanp/ensanp>.

Para garantir que, no atual contexto geopolítico e económico, as políticas e os eixos estratégicos permanecem alinhados com as questões da segurança alimentar e nutricional, o GT ENSANP considera que a estratégia pode ainda alcançar uma maior abrangência e perspetiva de análise com a integração de mais indicadores e áreas temáticas que reforçam os objetivos da ENSANP.

---

<sup>1</sup>Aprovada em 2021, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro

<sup>2</sup>Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2021, de 3 de novembro

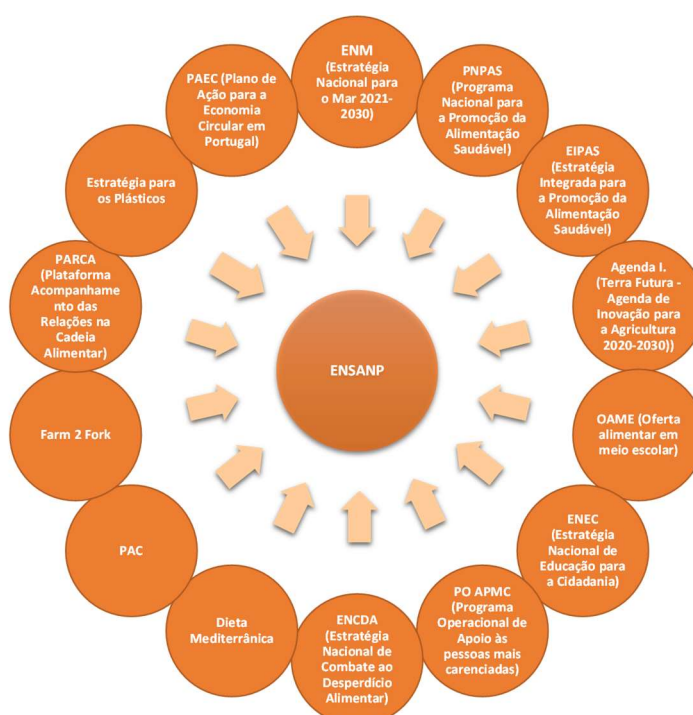
<sup>3</sup> Para alguns indicadores, são disponibilizados dados relativos a períodos anteriores, uma vez que a recolha de informação, e a sua periodicidade, nem sempre se encontram harmonizadas com o ano civil ou com a obrigatoriedade de reporte anual.

<sup>4</sup> Em vigor entre abril e dezembro de 2023

# Enquadramento

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP) foi aprovada em 2021, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro. Com a sua criação, Portugal responde aos compromissos assumidos tanto no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, como no contexto da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (ESAN-CPLP), contribuindo igualmente para uma transição para sistemas alimentares e nutricionais resilientes, inclusivos e sustentáveis.

A monitorização da ENSANP tem como objetivo avaliar a contribuição dos diferentes instrumentos de política identificados (Figura 1), para garantir um sistema alimentar sustentável e saudável, identificando situações nas quais a segurança alimentar e nutricional pode estar comprometida, em particular nos grupos mais vulneráveis, e evitando sobreposição de medidas/intervenções dos referidos instrumentos de política ao nível das várias áreas governativas.



**Figura 1 - Políticas e estratégias identificadas na ENSANP**

De forma a garantir o adequado acompanhamento e monitorização periódica da ENSANP, foi determinada a criação de um Grupo de Trabalho para a Monitorização da ENSANP (GT ENSANP), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2021, de 3 de novembro, com a missão primordial de avaliar de que forma os diferentes instrumentos de política identificados estão a contribuir para garantir um sistema alimentar sustentável e saudável, devendo, para o efeito, apresentar relatórios de base anual, com possibilidade de proposta de recomendações.

O GT ENSANP iniciou a Monitorização da ENSANP em julho de 2023, através do 1.º Relatório de Monitorização, aprovado na 5.ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANP), no dia 30 de outubro de 2023.

Nesta segunda monitorização anual da ENSANP são apresentados dados relativos ao ano de 2023. No entanto, para alguns indicadores, são disponibilizados dados relativos a períodos anteriores, uma vez que a recolha de informação, e a sua periodicidade, nem sempre se encontram harmonizadas com o ano civil ou com a obrigatoriedade de reporte anual.

# GT ENSANP

Composto por representantes das seguintes entidades:

- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
- Direção-Geral da Educação (DGE)
- Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS)
- Direção-Geral da Saúde (DGS)
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)
- Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV)
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)
- Docapesca, Portos e Lotas, S. A. (Docapesca)



# Monitorização

## Monitorização da ENSANP

A alimentação inadequada é uma das principais causas evitáveis de doenças crónicas, perda de qualidade de vida e mortalidade prematura em Portugal. De acordo com os dados do *Global Burden Disease* de 2021, a alimentação inadequada contribui para 5,8% dos *DALYs* (*Disability-adjusted life years* – anos de vida perdidos por incapacidade) e para 8,3% da mortalidade<sup>5</sup>.

O excesso de peso (incluindo a obesidade) afeta mais de metade da população portuguesa. A obesidade atinge 28,7% da população adulta portuguesa, sendo que 67,6% apresenta excesso de peso<sup>6</sup>. Também a obesidade infantil atinge proporções elevadas. Dados de 2022 mostram que a prevalência de excesso de peso infantil estimada foi de 31,9%, sendo que 13,5% das crianças dos 6 aos 8 anos de idade viviam com obesidade<sup>7</sup>.

A obesidade e outras doenças crónicas potencialmente associadas à alimentação inadequada não afetam por igual todos os grupos da população, sendo mais prevalentes nos grupos da população mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico.

No que respeita ao Eixo 2 “Grupos vulneráveis, saúde e nutrição” foi atualizada a informação relativamente a 10 indicadores, cuja recolha de informação tem uma periodicidade anual. Para 12 indicadores, por ausência de dados mais atualizados, foi mantida a informação apresentada no relatório de 2022.

A ausência de informação relativamente a alguns dos indicadores previstos na medida 2.1, ou mesmo a impossibilidade de definir indicadores em algumas situações, não possibilita a obtenção de conclusões mais abrangentes. No entanto, de forma geral, constata-se algum comprometimento no estado nutricional da população portuguesa e no acesso a uma alimentação saudável, evidenciado pelo agravamento dos resultados de alguns indicadores:

- A taxa de risco de pobreza, ou seja, a proporção da população residente cujo rendimento equivalente disponível se encontra abaixo da linha de pobreza (7 095 euros, cerca de 591 euros/mês), assumiu 17% em 2022, aumentando face aos 16,4% em 2021;
- A taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa da população residente atingiu, em 2023, 4,8%, representando um aumento de 0,7 pontos percentuais relativamente a 2022 (e o valor mais elevado desde 2019 (4,7%), quando este indicador começou a ser avaliado)<sup>8</sup>;
- Os dados relativos ao ano de 2022 mostram um aumento de 2,2 pontos percentuais na prevalência de excesso de peso infantil face a 2019 (29,7% em 2019 para 31,9% em 2022) contrariamente à tendência ligeiramente invertida que se vinha a verificar entre 2008 e 2019<sup>3</sup>.

No período em análise no presente relatório, a taxa de inflação, apesar de apresentar uma evolução tendencialmente decrescente atingiu, em Portugal, o valor máximo de 10,1% em outubro de 2022, com a taxa de inflação dos produtos alimentares não transformados (carne, peixe, frutas e hortícolas) a chegar aos 20,1%, em fevereiro de 2023, tendo-se verificado uma descida progressiva destes valores ao

---

<sup>5</sup> Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME). *Global Burden Disease Portugal* Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME);

<sup>6</sup> Barreto M, Gaio V, Kislalal I, Antunes L, Rodrigues A P, Silva A C, et al. 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): Estado de Saúde. Lisboa: INSA IP; 2016.

<sup>7</sup> Ana Rito, Mendes S, Figueira I, Carvalho R, Santos T, Cardoso S, et al. *Childhood Obesity Surveillance Initiative. COSI Portugal 2022*. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge; 2023. Disponível em: <http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/8630>

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Estatística (INE). Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa (%) da população residente; Anual. Portal do INE. 2024. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0011826&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011826&contexto=bd&selTab=tab2)

longo do ano de 2023 (alavancada pela medida IVA Zero, no caso dos produtos alimentares não processados, em vigor entre abril e dezembro de 2023<sup>9</sup>).

Esta elevada taxa de inflação pode ter contribuído para uma alteração de comportamentos relacionados com o estilo de vida e para maiores dificuldades no acesso aos alimentos, comprometendo assim o estado nutricional da população.

Importa ainda mencionar o aumento, ao longo dos últimos anos, do número de famílias e/ou pessoas em situação de carência que receberam apoio alimentar ou foram abrangidas por medidas de acompanhamento, no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC):

- O N.º de pessoas abrangidas pelo Programa de Ajuda Alimentar aumentou entre 2020 e 2023, verificando-se neste intervalo temporal um acréscimo de cerca de 12% de agregados familiares apoiados e de 14% de pessoas abrangidas, sendo que em 2023 foram apoiados um total de 57 937 agregados familiares, correspondendo a 155 874 pessoas;

- O N.º de destinatários que beneficiam das medidas de acompanhamento do PO APMC, "prevenção do desperdício"; "seleção de géneros alimentares" e "Otimização da gestão do orçamento familiar" também aumentou, registando-se um total de 30 787 em 2021 e 40 970 em 2022, correspondendo a um incremento de 33% destas medidas.

Contudo, em sentido contrário, registou-se uma evolução positiva relativamente a alguns indicadores, nomeadamente:

- O rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) comparado com a economia, medido através do rácio entre a remuneração média do trabalho agrícola e os custos do trabalho na indústria, comércio e serviços, revelou um aumento de 11,4% em valor, em 2023, aproximando-se do rendimento médio dos restantes setores da economia (de 45,8% em 2022 para 51,0% em 2023);

- O consumo de fruta diariamente aumentou de 63,1%, em 2019, para 71,2% em 2022 e a percentagem de crianças que apresenta um consumo diário de hortícolas aumentou de 57,3% para 69,0%, entre 2019 e 2022;

- Verificou-se uma descida da média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal de 1,14g em 2018 para 1,01g em 2021. E também uma redução global de cerca de 11,5% na média ponderada global do teor de sal nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares, o que se traduz em menos 25,6 toneladas de sal. Duas das categorias analisadas (cereais de pequeno-almoço e pizzas) já atingiram a meta de redução do teor de sal definida para o ano de 2022<sup>10</sup>;

- A média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar, também desceu de 7,46g em 2018, para 6,36g em 2021. Ocorreu igualmente uma redução global de cerca de 11,1% na média ponderada global do teor de açúcar nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares, o que se traduz em menos 6256,1 toneladas de açúcar. Três das categorias abrangidas neste acordo (refrigerantes, leite achocolatado e iogurtes) já atingiram a meta de redução do teor de açúcar definida para o ano de 2022<sup>11</sup>;

---

<sup>9</sup> Instituto Nacional de Estatística (INE). Índice de Preços no Consumidor. Portal do INE. 2024. Disponível em: [https://www.ine.pt/portal/xmain?xpid=INE&xpidg=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=5947409688&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/portal/xmain?xpid=INE&xpidg=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=5947409688&DESTAQUESmodo=2)

<sup>10</sup> Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. Redução do Teor de Sal e Açúcar nos Alimentos I Relatório do Progresso de Reformulação dos Produtos Alimentares em Portugal 2018-2021. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2022.

<sup>11</sup> Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. Redução do Teor de Sal e Açúcar nos Alimentos I Relatório do Progresso de Reformulação dos Produtos Alimentares em Portugal 2018-2021. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2022.

- No ano letivo 2022/23, 541 696 crianças participaram no Regime Escolar com distribuição de leite e produtos lácteos e com distribuição de fruta e produtos hortícolas, face às 391 426 crianças no ano letivo anterior.

O número de agentes económicos envolvidos na cadeia de abastecimento alimentar varia consoante o nível da cadeia (produção, transformação e distribuição). Em Portugal, aproximadamente 266 mil explorações agrícolas produzem produtos agrícolas, dos quais uma parte segue para transformação em 11 mil empresas da indústria agroalimentar. Os produtos transformados são então comprados pelas 44 mil empresas ligadas ao setor da distribuição alimentar, grossistas e retalhistas, das quais 37 empresas com mais de 250 trabalhadores (0,1% do total de empresas) geram 48,1% do VAB do setor e, também, pelas 73 mil empresas conexas ao setor da restauração, sendo depois vendidos, com um menor ou maior grau de transformação, a cerca de 10 milhões de consumidores portugueses.

A cadeia agroalimentar é hoje mais complexa e, de certa forma, mais longa, se considerarmos, por exemplo, nos serviços incorporados nos alimentos, o respetivo valor que vai sendo acrescentado até que o alimento chegue ao elo final da cadeia, o Consumidor, contudo há uma característica que se mantém e que se acentuou nas décadas mais recentes, a atomização em número dos agentes que caracteriza o segmento da produção primária, contrapõe-se, a jusante na cadeia, com um número cada vez menor de agentes económicos que atuam no segmento da distribuição alimentar, resultando na maior fragilidade da Produção Primária na formação de preços<sup>12</sup>.

Relativamente ao Eixo 3 “Bom Funcionamento da Cadeia Alimentar”, atualizou-se a informação relativa a 10 indicadores. Por ausência de dados mais atualizados, foi mantida a informação apresentada no relatório de 2022, sobre 3 indicadores.

Apesar da introdução de um novo indicador no âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)<sup>13</sup> constata-se, à semelhança da informação disponibilizada relativamente ao Eixo 2, que o conjunto de indicadores do Eixo 3 impossibilita uma análise mais aprofundada, considerando tanto a ausência de séries de dados suficientemente longas em algumas situações, como a natureza dos indicadores considerados, sendo relevante ponderar para o futuro, o quadro de indicadores que melhor possa contribuir para a avaliação do funcionamento da cadeia agroalimentar na atualidade.

Nesse contexto, a análise ao conjunto dos indicadores retratados no Eixo 3 revela que não se registaram grandes alterações face ao apresentado no 1.º Relatório de Monitorização da ENSANP, o que é evidenciado, por exemplo, na manutenção do grau de organização da produção agroalimentar ou no número de empresas/agentes económicos aderentes ao Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar.

Ao nível do desenvolvimento da aquicultura sustentável, regista-se uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, com a produção aquícola nacional a aumentar de 9 561 toneladas, em 2015, para 17 900 toneladas em 2021, representando um valor de 162,8 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 62,9%.

Destaca-se ainda que a produção de espécies piscícolas em 2021, com uma representação de 44% da produção total, mantém uma tendência de crescimento face aos anos anteriores, refletindo a execução dos objetivos estratégicos espelhados no Plano Estratégico para a Aquicultura 2014-2020.

Relativamente ao nível anual do desperdício alimentar em Portugal, por segmento da cadeia, os dados de 2021 traduzem um agravamento do problema em cerca de 3,5 % face ao ano de 2020, tendo sido desperdiçadas cerca de 1,8 milhões de toneladas de produtos. Em 2021, as famílias foram responsáveis

---

<sup>12</sup> Fonte: GPP, a partir de RA2009 e IEAA 2016, INE. GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas, INE.

<sup>13</sup> % de orientações da “Ação 4 – Alimentar sem sobrar” do PAEC 2017-2020 concretizadas

por 1,2 milhões de toneladas, a maior parcela de desperdício alimentar, representando um acréscimo de 1% face ao ano de 2020.

Ainda nesse âmbito, importa salientar o esforço desenvolvido ao nível da distribuição alimentar, através do protocolo estabelecido com a APED para “Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício”, que tem constituído um êxito assinalável, com um total de 2 676 lojas, em 2023, a evitar o desperdício de cerca de 27 mil toneladas de produtos que estavam prestes a atingir a data de validade.

No que respeita à medida 3.2, foram identificadas 9 novas iniciativas relacionadas com os sistemas locais de abastecimento e consumo alimentar.

Nos quadros 1 e 2 é apresentada uma síntese dos indicadores da ENSANP. A informação mais detalhada relativamente aos Eixos 2 e 3 encontra-se sistematizada e com maior detalhe nos Anexos.

No que concerne ao Eixo 4 – “Comunicação”, foi disponibilizada, no passado mês de maio, uma área dedicada à comunicação da ENSANP em <https://www.gpp.pt/index.php/ensanp/ensanp> (Figura 2).



Figura 2 – Homepage da ENSANP

As páginas *web* referentes à ENSANP, publicadas no *website* GPP, contêm informação organizada em secções temáticas, com conteúdos que permitem conhecer não só os respetivos eixos estratégicos, o modelo de governança e as boas práticas, mas também consultar documentação, resultados e a agenda de reuniões e iniciativas associadas ao seu âmbito de atuação.

Na subpágina “Resultados”, está também prevista a disponibilização de um *dashboard* com indicadores relativos aos Eixos 2 e 3, sendo ainda necessário que o GT ENSANP avalie e defina o conjunto de indicadores a considerar para uma monitorização adequada da ENSANP e, quando aplicável, as respetivas métricas de monitorização.

**Quadro 1 - Indicadores relativos à medida 2.1. do Eixo 2 - Grupos Vulneráveis, Saúde e Nutrição**

Política/ Estratégia	Indicadores	2020	2021	2022	2023	Evolução
PAC	Rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) / Rendimento médio restantes setores economia (%)	43,9	49,6	45,8	51,0	
	Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %)	18,4	16,4	17,0		
ENM	N.º anual de campanhas e de ações de sensibilização, internacionalização do setor e de promoção sobre o consumo de pescado		51	58	160	
	N.º anual de campanhas de Valorização do Pescado		4	9	3	
	N.º anual de aderentes ao Comprovativo de Compra em Lota (CCL)		524	562	580	
Terra Futura	Índice de Adesão à Dieta Mediterrânica	1,157				
PNPAS	Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa (%) da população residente	4,0	4,3	4,1	4,8	
	Prevalência de excesso de peso e obesidade infantil (%)	29,7*		31,9		
	Crianças dos 6 aos 8 anos com consumo diário de fruta fresca (%)	63,1*		71,2		
	Crianças dos 6 aos 8 anos com consumo diário de hortícolas (%)	57,3*		69,0		
EIPAS	Média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal (g/100g)	1,14**	1,01			
	Média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar (g/100g)	7,46**	6,36			
OAME	Monitorizar a adesão ao Regime Escolar (nº de crianças)	455 308	385 324	391 426	541 696	
PO APMC	Nº de destinatários que beneficiam das medidas de acompanhamento do PO APMC, "prevenção do desperdício"; "seleção de géneros alimentares" e "Otimização da gestão do orçamento familiar"	21 091	30 787	40 970		
	Nº de pessoas abrangidas pelo Programa de Ajuda Alimentar	136 290	158 031	150 338	155 874	

\* Dados de 2019

\*\* Dados de 2018

**Quadro 2 - Indicadores relativos à medida 3.1 do Eixo 3 – Bom funcionamento da Cadeia Alimentar**

Política/ Estratégia	Indicadores	2020	2021	2022	2023	Evolução
PAC	Grau de organização da produção em OP: Carne de Bovino Produção organizada/produção nacional (%)	4	4	5		
	Grau de organização da produção em OP: Carne de Suíno Produção organizada/produção nacional (%)	29	29	29		
	Grau de organização da produção em OP: Carne de Ovino e Caprino Produção organizada/produção nacional (%)	0,6	0,5	0,5		
	Grau de organização da produção em OP: Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas, inc. Milho Produção organizada/produção nacional (%)	30	29	29		
	Grau de organização da produção em OP: Frutas e produtos hortícolas Produção organizada/produção nacional (%)	19	17	21		
	Grau de organização da produção em OP: Leite e produtos lácteos de vaca Produção organizada/produção nacional (%)	39	40	41		
ENM	Produção aquícola nacional (t)	16 999	17 900			
	% produção aquícola em RAS	21	22			
ENCDA	Desperdício alimentar (t)	1 812 307	1 874 832	1926484*		
	Nº selos atribuídos no âmbito da Medida 6 do PACDA da Estratégia Nacional “Identificar BP de Combate ao desperdício Alimentar”		25	45		
	Produtos em risco de desperdício vendidos em lojas com protocolo APED (t)	12 300	24 427	27 000	27 000	
PAEC	Nº de ações regulamentares		3	6	6	
	N.º de ações de comunicação e divulgação sobre embalagens (promovidas pela APA)			14	16	
	% de orientações da “Ação 4 – Alimentar sem sobrar” do PAEC 2017-2020 concretizadas	86				

\* Dados provisórios INE

## Aspetos e propostas complementares

Para além da recolha dos indicadores previstos, o exercício de monitorização da ENSANP elencou também informação adicional sobre mecanismos e instrumentos implementados em Portugal, em 2023, de resposta a potenciais ameaças, cenários de crise e riscos no domínio da segurança alimentar e nutricional, que agregam aspetos que importa destacar, nomeadamente:

- **Comissão de Planeamento de Emergência de Agricultura e Alimentação (CPEAA)<sup>14</sup>**

Os trabalhos do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), retomados em 2023, e das Comissões de Planeamento nas respetivas áreas identificadas, em particular, a CPEAA<sup>15</sup>.

Ao nível do CNPCE, entre as suas atividades, salienta-se o projeto da Estratégia Nacional e a consolidação do processo de identificação de infraestruturas críticas nacionais, no biénio 2023/2024<sup>16</sup>.

- **Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares**

A redução do IVA<sup>17</sup> em 46 produtos alimentares básicos (Pacote IVA Zero), uma das medidas que resultou do [Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares](#), documento assinado pelo Primeiro-Ministro, pela Confederação dos Agricultores de Portugal e pela Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição. Os efeitos desta medida traduziram-se na redução do preço dos bens alimentares<sup>18</sup>.

Também neste âmbito foram criados vários apoios, provenientes do Orçamento do Estado<sup>19</sup>, para compensar os agricultores pelo aumento dos fatores de produção, com a conseqüente quebra de rendimento da atividade, contribuindo de forma decisiva para uma maior estabilidade na evolução do preço dos bens alimentares.

---

<sup>14</sup> Constituída ao abrigo do Despacho n.º 1374/2024 de 24 de janeiro

<sup>15</sup> O Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) e as Comissões de Planeamento de Emergência, entre as quais a Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura e Alimentação (CPEAA) integram-se no Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência (SNPCE), instituído pelo [Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho](#). Este visa garantir a organização e preparação dos setores estratégicos do Estado para fazer face a situações de crise, nomeadamente, a liberdade e a continuidade da ação governativa, o funcionamento regular dos serviços essenciais do Estado, bem como a segurança e o bem-estar das populações.

<sup>16</sup> Que inclui como atividades: desenvolver a aprovação de uma metodologia de identificação de infraestruturas críticas; o início do processo de designação de infraestruturas críticas nacionais; bem como o acompanhamento do processo de transposição da Diretiva Europeia relativa à Resiliência de entidades críticas

<sup>17</sup> A Lei n.º 17/2023, de 14 de abril, procedeu à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares e vigorou entre 18 de abril e 31 de dezembro de 2023.

<sup>18</sup> Como comprovam os dados recolhidos pela ASAE, responsável pela monitorização desta medida, e que indicam um descida de 10,82% no preço médio deste cabaz de produtos entre os dias 18 de Abril e 3 Junho de 2023. O efeito positivo é também identificado pelos dados do INE que demonstram uma desaceleração dos índices de preços do consumidor nos produtos alimentares não transformados e transformados, proporcionado, no geral, pela descida do preço dos produtos da classe 1 (Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas) devido ao impacto da medida IVA zero

<sup>19</sup> Dividindo-se entre os 140 milhões de euros de apoio para a compensação do aumento dos fatores de produção, um novo apoio para o gasóleo colorido e marcado superior a 32 milhões de euros (0,147 cêntimos por litro), bem como 7 milhões de euros para as despesas com custos de energia (“eletricidade verde”), totalizando o valor de 179M€.

## Propostas a considerar na monitorização da ENSANP

Perspetivando o alinhamento das políticas e eixos estratégicos com as questões da segurança alimentar e nutricional, na atualidade geopolítica e económica, o GT ENSANP considera que a ENSANP pode ainda alcançar uma maior abrangência e perspetiva de análise com a integração de alguns indicadores e áreas temáticas adicionais que reforçam os objetivos da ENSANP, designadamente:

✓ Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa (%) da população residente (INE)
<b>PNPAS (Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável)</b>

✓ Número de beneficiários do PO APMC 2020-23
<b>Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas</b>

✓ Grau de cumprimento dos bufetes escolares e máquinas de venda automática disponíveis nos estabelecimentos de ensino <sup>20</sup>
✓ Alunos abrangidos pelos escalões A e B do Apoio de Ação Social Escolar (ASE)
<b>OAME (Oferta Alimentar em Meio Escolar)</b>

✓ Geração de resíduos de embalagens por habitante (Eurostat)
✓ Geração de resíduos de embalagens por material de embalagem (Eurostat)
<b>PAEC (Plano de Ação para a Economia Circular)</b>

✓ Desperdício alimentar por habitante (kg/ hab.) (INE);
✓ Desperdício alimentar (t) por Elos da cadeia de abastecimento alimentar (INE);
✓ Desperdício alimentar e prevenção do desperdício alimentar pela atividade NACE (Eurostat);
✓ Doações alimentares entregues pelos Bancos Alimentares (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Destino das doações e Tipo de produto (doações alimentares) (INE);
✓ Doações alimentares recebidas pelos Bancos Alimentares (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Origem das doações e Tipo de produto (doações alimentares) (INE).
<b>ENCDA (Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar)</b>

<sup>20</sup> de acordo com o disposto no Despacho n.º 8127/2021, de 17 de agosto

E ainda, ampliar o número de indicadores da ENSANP e abranger informação complementar referente às seguintes áreas temáticas:

- ✓ Implementação do Regime Escolar<sup>21</sup>
- ✓ Retiradas do Mercado<sup>22</sup>
- ✓ Preços da produção ao consumo, referentes a um cabaz de produtos alimentares obtidos pelo Observatório de Preços Agroalimentar<sup>23</sup>
- ✓ Plano de Ação da Garantia para a Infância<sup>24</sup>
- ✓ Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável (PABS)<sup>25</sup>
- ✓ Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP)<sup>26</sup>

Assinala -se ainda a necessidade de o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) ser substituído pelo programa Pessoas 2030 (Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão)<sup>27</sup> e de ponderar o eventual posicionamento da Estratégia para os Plásticos no Eixo 3 da ENSANP.

Foi também discutida pelo GT ENSANP, a relevância de serem definidos critérios claros e objetivos que os projetos/iniciativas devem cumprir para que sejam considerados boas práticas no âmbito da Medida 2.2 avaliando assim a sua escalabilidade e replicabilidade.

Ainda sobre os eventuais projetos que poderão constituir boas práticas a divulgar no âmbito da Medida 2.2, em particular, sobre as respostas dirigidas para assegurar o acesso à alimentação pelos grupos mais vulneráveis da população, foi realçada a importância da definição de uma política pública concertada que promova o acesso consistente a uma alimentação adequada por parte destes grupos que são, desde logo, mais suscetíveis aos riscos de uma alimentação desequilibrada, e por forma a evitar custos acrescidos associados aos problemas de saúde relacionados com a malnutrição.

Os dados epidemiológicos são consistentes quanto à presença de hábitos alimentares mais desequilibrados nos grupos mais vulneráveis da população, bem como a uma maior prevalência de obesidade e de outras doenças crónicas associadas, como a diabetes e a hipertensão arterial. Neste contexto, o GT ENSANP expressa a sua preocupação com a problemática da multiplicidade de iniciativas de promoção de doação de bens alimentares, que, ainda que bem-intencionadas, podem colocar os grupos mais vulneráveis em maior risco devido à frequente falta de qualidade nutricional deste apoio alimentar.

---

<sup>21</sup> Portaria n.º 37/2024, de 1 de fevereiro

<sup>22</sup> No âmbito dos Programas Operacionais Frutas e Hortícolas, ao abrigo do regime OCM e PEPAC, instrumento de apoio setorial com financiamento FEAGA

<sup>23</sup> criado pelo Despacho n.º 12209/2022, de 6 de outubro

<sup>24</sup> aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro

<sup>25</sup> aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021, de 28 de dezembro

<sup>26</sup> aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro

<sup>27</sup> O programa Pessoas 2030 inclui o domínio de “Combate à privação material”, tendo como objetivo específico “combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material”. Assim sendo, o próximo relatório anual de monitorização da ENSANP deverá refletir esta transição, considerando o programa Pessoas 2030, em detrimento do PO APMC.

## Conclusão final

A área da Segurança Alimentar tem conhecido desenvolvimentos assinaláveis, com repercussões em todo o Mundo, não só pelo escalar de novos conflitos e tensões em territórios de importância geoestratégica apreciável (ex.: Guerra na Ucrânia, importante produtor mundial de cereais), como pelo processo inflacionário significativo nos Países Europeus, com repercussões no consumo e no poder aquisitivo das famílias no domínio agroalimentar.

Salienta-se, neste âmbito, o debate que tem vindo a ocorrer no seio da União Europeia (UE) relativamente à temática da Autonomia Estratégica Aberta, com o objetivo de reduzir a dependência de países terceiros relativamente ao fornecimento de certos bens essenciais, matérias-primas, bem como de evitar ruturas nas cadeias de abastecimento que conduzam a uma grave escassez e comprometimento do crescimento económico e bem-estar dos cidadãos europeus.

Como conclusão geral desta segunda monitorização, o GT ENSANP reforça a necessidade da monitorização da ENSANP ser aprofundada, agregando maior perspetiva na análise, propondo que se possa incluir um conjunto adicional de indicadores identificados e que concorrem para o apuramento das tendências atuais no domínio da segurança alimentar e nutricional, atendendo tanto aos recentes eventos geopolíticos e mudanças no cenário global, como às alterações ocorridas e que possam vir a ocorrer em termos de instrumentos de política pública, nacional ou ao nível da UE.

## Anexos



## Medida 2.1 Relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 2

PAC	Manutenção da atividade produtiva em todas as regiões, assegurando a resiliência agrícola, a ocupação e a vitalidade das zonas rurais
Indicadores	
<p><b>1. Evolução do rendimento da atividade agrícola em comparação com o rendimento global da economia</b></p> <p>A comparação da remuneração média da agricultura com a remuneração média da economia pode ser calculada/estimada a partir da metodologia desenvolvida/definida pela Comissão Europeia (indicador comum de contexto/impacto da Política Agrícola Comum - PAC) para análise do grau de convergência do rendimento da agricultura com a economia, ou seja, perceber até que ponto a remuneração do trabalho no setor agrícola está a aproximar-se (ou a distanciar-se) da remuneração do trabalho nos restantes setores da economia. As variáveis utilizadas para o cálculo deste(s) indicador(es) são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Agricultura:</b> rendimento empresarial líquido (REL), que corresponde à parte do rendimento gerado pela atividade agrícola que é utilizado para remunerar o trabalho agrícola familiar e também a terra e o capital próprio, medido por unidade de trabalho ano (UTA) familiar; Remuneração dos assalariados (Rem) por UTA assalariada; Remuneração do trabalho agrícola (REL+ Rem) por UTA total</li> <li>• <b>Economia:</b> Salários médios da economia; custos do trabalho na indústria, comércio e serviços</li> </ul> <p>De notar que a metodologia de cálculo do indicador alterou-se entre os dois últimos períodos de programação da PAC. No período 2014-2022 (1º ind.)<sup>28</sup> compara-se a remuneração média do trabalho agrícola familiar<sup>29</sup> com os salários médios da economia (em termos reais). E no período de 2023-2027 (2º ind.)<sup>30</sup> compara-se a remuneração média do conjunto do trabalho agrícola com os custos de trabalho dos setores da indústria, comércio e serviços (em termos nominais).</p> <p>Ou seja, as diferenças entre o primeiro e segundo indicador decorrem de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) <b>Remuneração média do trabalho agrícola familiar (1º ind.) versus remuneração média do conjunto do trabalho agrícola (2º ind.):</b> note-se que o segundo indicador não inclui apenas a remuneração do trabalho agrícola familiar mas também a remuneração do trabalho agrícola não-familiar (ou seja, dos assalariados agrícolas).</li> <li>2) <b>Salários médios da economia (1º ind.) versus custos do trabalho na indústria, comércio e serviços (2º ind.):</b> saliente-se que os custos do trabalho incluem não apenas os custos salariais (1º ind.) mas também, segundo a definição do INE, outros custos tais como “Indemnização por despedimento”, “Encargos legais a cargo da entidade patronal” (e.g. contribuição patronal para a Segurança Social) e “Encargos convencionais, contratuais e facultativos”.</li> <li>3) Análise <b>em termos reais</b> (1º ind.) ou análise <b>em termos nominais</b> (2º ind)</li> </ol>	

<sup>28</sup> Indicador C.26: [https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-01/context-indicator-fiches\\_en.pdf](https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-01/context-indicator-fiches_en.pdf)

<sup>29</sup> Note-se que este rendimento não corresponde necessariamente ao rendimento disponível das famílias que se dedicam à agricultura, uma vez que o rendimento do agricultor pode advir de outras fontes (plurirrendimento), nomeadamente de atividades não-agrícolas, de pensões, reformas, etc.

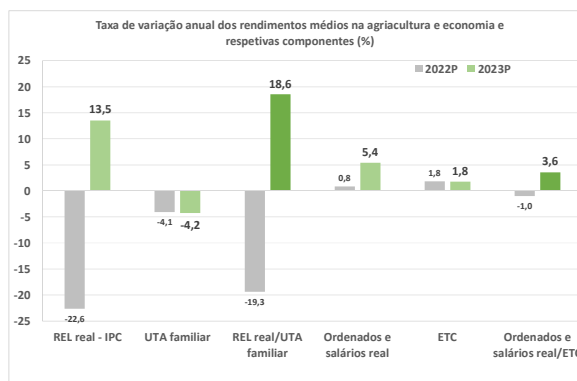
<sup>30</sup> Indicador C.26: [https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators\\_en.pdf](https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators_en.pdf)

## Análise do 1º indicador

### Remuneração média do trabalho agrícola familiar:

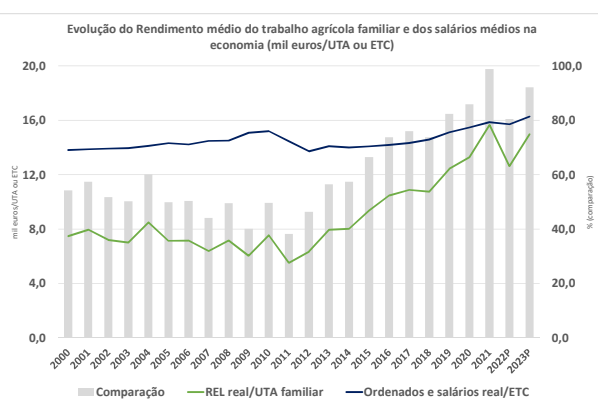
O REL por UTA familiar tem vindo a evoluir favoravelmente desde 2011 (**7,8% ao ano** entre 2011 e 2022). Para esta evolução terá sido determinante o crescimento do REL a uma média anual de 2,8%, em termos reais, em conjugação com a diminuição do volume de trabalho agrícola familiar (-4,6% ao ano).

Os dados mais recentes (provisórios) permitem constatar que em 2023, a remuneração média do trabalho agrícola familiar aumentou **18,6% em termos reais**, após um forte decréscimo em 2022, em resultado da variação positiva do REL real (13,5%) a par de uma diminuição da UTA familiar (-4,2%). Para a variação do REL terá sido relevante o forte crescimento do VAB agrícola (+36,2% em valor e +3,8% em volume), refletindo uma **maior subida da produção agrícola** (+2,0% de volume e +15,4% preços) **face aos consumos intermédios utilizados** (+0,8% de volume e +8,8% preços).



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura. INE.



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura. INE.

se um crescimento de **3,6%** nos salários médios.

**Comparação:** Ao **comparar a remuneração média do trabalho agrícola familiar com os salários médios da economia, em termos reais**, constatou-se um crescimento quase consecutivo do indicador desde 2011, com o rendimento agrícola a representar cerca de 98,7% dos salários médios da economia em 2021. Em 2023 (dados provisórios), o rendimento da agricultura representava 92% dos valores médios da economia.

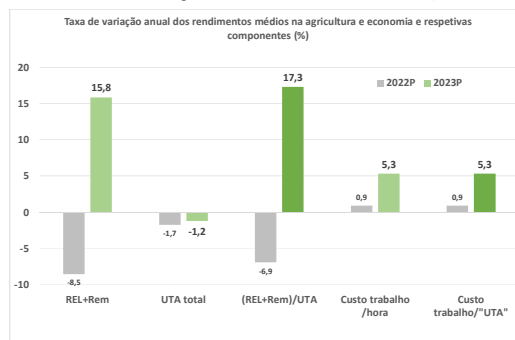
### Análise do 2º indicador:

#### Remuneração média do trabalho agrícola:

Como já referido anteriormente, este indicador, medido em termos nominais, também entra em linha de conta com a remuneração média do trabalho agrícola assalariado.

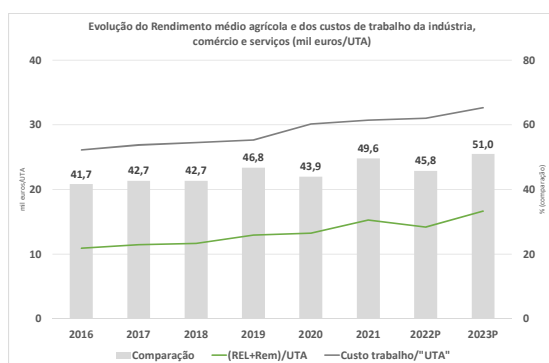
O rendimento da mão-de-obra agrícola assalariada tem vindo a crescer a uma média anual de 2,5% entre 2011 e 2022, com o crescimento da remuneração dos assalariados (4,7% ao ano) e do volume de trabalho agrícola assalariado (2,1% ao ano). Em particular em 2023, a remuneração média dos assalariados cresceu 7,8%, acima da média dos últimos anos.

Deste modo, a remuneração média do conjunto do trabalho agrícola tem vindo a evoluir positivamente desde 2011 (7,2% ao ano entre 2011 e 2022). E no último ano (2023) o crescimento foi ainda mais acentuado (17,3%) pelas razões já acima descritas.



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura INE



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura INE

Custos de trabalho da indústria, comércio e serviços: têm vindo a aumentar consecutivamente desde 2016 (primeiro ano de registo consecutivo do Eurostat). Especificamente em 2023 aumentaram 5,3%.

#### Comparação:

**Ao comparar o rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) com a economia,** medido através do rácio entre a remuneração média do trabalho agrícola e os custos do trabalho na

indústria, comércio e serviços, **verificou-se um aumento de 11,4%, em valor, em 2023 aproximando-se do rendimento médio dos restantes setores da economia** (de 45,8% em 2022 para 51% em 2023).

## 2. Índice de pobreza em áreas rurais

De acordo com o último Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2023 pelo INE, sobre rendimentos de 2022, a **taxa de risco de pobreza**, ou seja, a proporção da população residente cujo rendimento equivalente disponível se encontra abaixo da linha de pobreza (7.095 euros, cerca de 591 euros/mês), assumiu os **17,0% em 2022 após transferências sociais** (diferindo consoante o grupo populacional: 46,4% na população desempregada; 31,2% nas famílias monoparentais; 22,7% na população com baixa escolaridade; 20,7% nos menores de 18 anos; 17,7% nas mulheres), **aumentando face ao ano anterior** (16,4%). De notar que ao excluir as pensões de velhice e de sobrevivência (e outras transferências sociais) dos rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, 41,8% da população encontrava-se em risco de pobreza em 2022.

Se conjugarmos a população em risco de pobreza com a população em situação de privação material e social severa ou que pertence a um agregado familiar com baixa intensidade

laboral, o indicador corresponde à **taxa de risco de pobreza e de exclusão social** que **assumiu o valor de 20,1% em 2022 mantendo-se em 2023** (dados provisórios)<sup>31</sup>.

Segundo a última informação disponibilizada pelo Eurostat (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento), **em 2022, 20,1% da população portuguesa** (cerca de 2,1 milhões de pessoas, das quais: 1,1 milhões de mulheres; 502 mil pessoas com pelo menos 65 anos), tendo diminuído face ao ano anterior (22,4% em 2021), situando-se abaixo da média europeia (21,6%). Acresce que o indicador tem vindo a melhorar desde 2013/14 após a crise económico-financeira.

**Em termos regionais, verifica-se uma maior taxa de risco de pobreza nas zonas rurais (26,4% em 2022) face às zonas urbanas (16,9% em 2022) e intermédias (20,3% em 2022).**

A pobreza rural encontra-se associada a diversos fatores, nomeadamente o contexto demográfico (e.g. envelhecimento da população; menos população ativa), o mercado de trabalho, o acesso aos serviços básicos (e.g. escolas, universidades, hospitais, centros de saúde) e a presença de infraestruturas (e.g. cobertura de banda larga). De acordo com o relatório 2023 “Pobreza e Exclusão social em Portugal” publicado pelo Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza<sup>32</sup>, **“O risco de pobreza ou exclusão social das áreas pouco povoadas (26.4%) é 1.6 vezes mais elevado do que nas áreas densamente povoadas (16.9%). Esta distância é ainda maior ao nível da pobreza monetária que atinge 22.7% da população das áreas pouco povoadas e 12.8% nas áreas densamente povoadas (1.8 vezes mais elevada).”**

Por NUTS II, **a taxa de risco de pobreza assume valores mais elevados nas regiões autónomas (30,2% na RAM e 30,3% na RAA), seguidas das regiões do Algarve (25,7%) e Norte (23,9%).** De notar também que o indicador aumentou de forma expressiva na A.M. Lisboa (+4,3p.p.) e em menor grau na R.A. dos Açores (+1,0p.p.).

Saliente-se que os indicadores aqui analisados referem-se aos rendimentos auferidos até 2021 (Eurostat) e até 2022 (INE), não refletindo ainda o contexto socioeconómico mais recente relativo ao ano 2023, nomeadamente **o efeito do prolongamento do crescimento dos preços**<sup>33</sup> totais (+4,3%) e, em particular, dos preços dos alimentos (+10%), da habitação (+4,5% rendas; +9,0% manutenção; +5,1% água e outros serviços) **e das taxas de juro** que assumiram um valor médio de 3,4% (de notar que, em 2022, 77,8% da população era proprietária de habitação, acima da média UE27, dos quais 36,3% apresentavam hipoteca), **no rendimento disponível das famílias**, nomeadamente das mais vulneráveis.

Entidade: GPP

<sup>31</sup> De acordo com o último relatório publicado pela Caritas, “as estatísticas oficiais subestimam a magnitude da pobreza e exclusão em Portugal. As pessoas em situação de sem-abrigo, os reclusos nas prisões, os nacionais ou migrantes que vivem em alojamentos temporários, todos estes casos não se encontram refletidos nas estatísticas oficiais” e que, segundo a mesma entidade, terão aumentado nos últimos anos.

<sup>32</sup> <https://on.eapn.pt/>

<sup>33</sup> IPC (INE)

ENM	<p>Apoiar campanhas de sensibilização e de promoção sobre o consumo de pescado</p> <p>Valorizar produtos e subprodutos da pesca e aquacultura</p>
Indicadores	
<p><b>1. Apoiar campanhas de sensibilização e de promoção sobre o consumo de pescado suportadas por recomendações de base científica, informando sobre os benefícios, doses recomendadas, valor nutricional e saudável dos produtos do mar de exploração sustentável e/ou de baixo valor comercial:</b></p> <p><b>1.1. N.º anual de campanhas e de ações de sensibilização, internacionalização do setor e de promoção sobre o consumo do pescado</b></p> <p>2021 – 51</p> <p>2022 – 58</p> <p>2023 – 160</p> <p>Das campanhas realizadas destaca-se como exemplo – a campanha “Eu Sou Rico em Ómega 3. Esta campanha surgiu na sequência do estudo do índice de ómega 3 da população portuguesa. Como principal conclusão deste estudo pode referir-se que a população Portuguesa apresenta, em média, um risco intermédio de doença cardiovascular. Um consumo de pescado acima de 5/6 refeições por semana potencia a diminuição do risco de doença cardiovascular (aumento do índice ómega3) e, por conseguinte, contribui para melhorar a saúde pública.”</p> <p><i>INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR</i></p> <p>2023 - A 3ª edição da Expo Fish Portugal, promovida pela Docapesca, com o patrocínio institucional do Ministério da Agricultura e Alimentação e a parceria da ALIF.</p> <p>A plataforma está aberta todo o ano às empresas do setor, organizações de produtores e associações setoriais que pretendiam divulgar e comercializar os seus produtos. Para além da vertente comercial, em paralelo decorreu uma conferência com diferentes painéis de discussão com personalidades e entidades de diversas áreas, onde foram partilhadas experiências e conhecimentos. Nesta edição, foram também galardoados três projetos de inovação na área alimentar do mar no contexto do Prémio Inovação Expo Fish Portugal, que registou um grande acréscimo de candidaturas, passando de 13 para 33 candidaturas.</p>	
<p><b>2. Valorizar produtos e subprodutos da pesca e aquacultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos mesmos e fomentar os circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor</b></p> <p><b>2.1. N.º anual de campanhas de Valorização do Pescado</b></p> <p>2021 – 4</p> <p>2022 – 9</p> <p>2023 – 3</p> <p>Destaca-se a promoção de um novo alimento funcional na forma de hambúrguer de cavala pelo seu potencial na prevenção do envelhecimento cognitivo, com foco específico no perfil de ácidos gordos bioacessíveis e na avaliação dos principais nutrientes (DHA, Se e I) que demonstraram ser relevantes para a prevenção da doença de Alzheimer.</p>	

2.2. N.º anual de aderentes CCL (comprovativo de compra em lota)

2021 – 524

2022 – 562

2023 – 580

O objetivo do Comprovativo de Compra em Lota (CCL) é contribuir, decisivamente, para a valorização qualitativa e quantitativa do pescado transacionado nas lotas do continente português e, conseqüentemente, para a sustentabilidade e rentabilidade do Setor das Pesca em Portugal, através da identificação e diferenciação do pescado das lotas junto do consumidor final.

É um produto controlado desde a sua origem, que traz benefícios não só para o consumidor.

Entidade: IPMA, DOCAPESCA, DGRM

F2F

Desenvolvimentos no âmbito da estratégia “Do Prado ao Prato”:  
Propostas Regulamentares da Comissão Europeia

Indicadores

1. Lançar iniciativas para estimular a reformulação dos géneros alimentícios transformados, incluindo a fixação de teores máximos para certos nutrientes

As iniciativas previstas no âmbito deste indicador têm sido implementadas no âmbito da EIPAS e do PNPAS, pelo que os resultados estão descritos na respetiva secção.

2. Estabelecer perfis nutricionais para restringir a promoção de alimentos com elevado teor de sal, açúcares e/ou gordura

A Comissão Europeia deverá apresentar a proposta que foi precedida de estudo de impacto até ao final de 2024. Até esta data não se compromete com nenhuma proposta.

3. Proposta de rotulagem nutricional harmonizada na frente da embalagem para permitir aos consumidores fazerem escolhas alimentares conscientes em termos de saúde

Os Estados Membros que não têm um esquema obrigatório têm preconizado um esquema harmonizado a nível da EU (Portugal tem mantido esta posição). O esquema harmonizado deverá ser facilmente entendível pelos consumidores, com base científica e que, adicionalmente, facilite a interpretação da informação nutricional para facilitar escolhas saudáveis e conscientes.

Entidade: DGAV

<p>«Terra Futura» - Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30</p>	<p>Monitorizar a adesão à dieta mediterrânica</p>
<p>Indicadores</p>	
<p><b>1. Nível de adesão à dieta mediterrânica</b></p> <p>No âmbito da “Terra Futura” – Agenda de inovação para a agricultura 2020-20230, a promoção da Dieta Mediterrânica é umas principais áreas emblemáticas, tendo sido estabelecida a meta de aumento em 20% do nível de adesão a este padrão alimentar até 2030.</p> <p>A Dieta Mediterrânica (DM) caracteriza-se por um elevado consumo de fruta, legumes, leguminosas, azeite e frutos secos e por um baixo consumo de carne e doces. Para além destes, a DM portuguesa apresenta algumas particularidades como o elevado consumo de peixe e o uso generalizado e frequente de sopas e ensopados à base de legumes. A DM é reconhecida como um padrão alimentar saudável e tem sido consistentemente associada à prevenção de várias doenças e fatores de risco.</p> <p>Os dados disponíveis para aferir a adesão à DM estão dependentes de estudos em que são aplicados à população questionários, como o PREDIMED, de forma regional ou nacional, ou da informação quinzenal da Balança Alimentar Portuguesa (BAP).</p> <p>A BAP, que mede o consumo alimentar do ponto de vista da oferta dos alimentos, apresenta o índice de adesão à DM (índice superior a 1 revela uma predominância de calorias provenientes de produtos ditos mediterrânicos). Entre 1992 e 2006, o índice mostra uma tendência de decréscimo, a partir de 2006 até 2019 sofreu oscilações, mantendo-se em valores abaixo dos anos 90. O último período apurado (2016- 2020) revela que em 2020 o índice foi de 1,157, o mesmo que em 2012, durante a crise económica. Também se verificou um aumento de 1,3% face a 2019, para o que contribuiu o menor decréscimo dos produtos típicos da dieta mediterrânica relativamente ao decréscimo dos outros produtos (carne e alimentos ricos em açúcar) <sup>(7)</sup>.</p> <p>Relativamente ao último estudo de adesão efetuado pela DGS, em 2020, em que foi aplicado o questionário PREDIMED, constituído por 14 questões relacionadas com o consumo/frequência de alimentos típicos e não típicos da dieta mediterrânica, revelou que 26% da população tem elevada adesão à DM. Ou seja, a maioria da população portuguesa não segue este padrão alimentar. Os alimentos que têm maior consumo inadequado são as leguminosas (69% com consumo inferior a 3 vezes por semana), as hortícolas (52% com consumo inferior a 2 porções por dia), a fruta (61% com consumo inferior a 3 porções por dia) e os frutos secos oleaginosos (61% com consumo inferior a 3 porções por semana) <sup>(8)</sup>.</p> <p>Já o estudo EpiDoC, realizado cerca de 4 a 5 anos antes do efetuado pela DGS, com idêntica metodologia, tinha indicado que apenas 9% da população demonstrava elevada adesão <sup>(9)</sup>. Valores que os investigadores consideram promissor, já que se verificou o aumento de 9% para 26%. No entanto, outros trabalhos revelam que a adesão ao padrão alimentar da DM tem vindo a diminuir nas últimas décadas no sul da Europa, (o que está de acordo com a BAP), em particular nos grupos socioeconómicos mais baixos. O custo mais alto dos alimentos mais saudáveis, tipicamente pertencentes a um padrão de DM, tem sido apontado como um fator importante para justificar a tendência de queda na adesão à DM. Acresce que o aumento do consumo de alimentos processados, com alto teor de sal, açúcar e gordura, também parece estar a contribuir para a substituição da DM.</p>	

O estudo mostrou também que adultos com menos anos de educação formal têm uma baixa adesão à DM. Conclusões corroboradas por trabalhos que demonstram que indivíduos, independentemente do sexo, com maiores rendimentos e formação superior são mais propensos a consumir alimentos mais saudáveis (peixe, frutas e legumes). Revelou ainda que as gerações mais jovens têm menor adesão ao padrão alimentar da DM que os mais velhos.

A nível regional, os Açores é a região que tem maior percentagem de baixa adesão (45%) e a região norte, em sentido contrário, é a que apresenta a maior percentagem de moderada/alta adesão à DM (73%).

Entidade: DGADR

PNPAS	Avaliação das situações de insegurança alimentar: Agregação e recolha sistemática de indicadores do estado nutricional, do consumo alimentar e seus determinantes ao longo do ciclo de vida, avaliação das situações de insegurança alimentar e avaliação, monitorização e divulgação de boas práticas com o objetivo de promover consumos alimentares saudáveis ou protetores face à doença, a nível nacional
Indicadores	
<b>1. Prevalência de insegurança alimentar a nível nacional</b>	
<p>Desde 2019, através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, o Instituto Nacional de Estatística (INE) avalia a prevalência de insegurança alimentar (IA) moderada e grave em Portugal, tendo esta mantendo-se relativamente estável, entre 4,0% e 4,8%, com o valor mais elevado a ser atingido em 2023 (4,8%) <sup>(10)</sup>. A elevada taxa de inflação observada em 2022/23, agravada pela situação geopolítica, poderá ter tido um papel preponderante no aumento de 7 pontos percentuais da IA moderada e grave verificado entre 2022 e 2023.</p> <p>A taxa de inflação atingiu, em Portugal, o valor máximo de 10,1% em outubro de 2022, com a taxa de inflação dos produtos alimentares não transformados (carne, peixe, frutas e vegetais) a chegar aos 20,1%, em fevereiro de 2023 <sup>(11)</sup>, tendo-se verificado uma descida progressiva destes valores ao longo do ano de 2023, (alavancada pela medida IVA Zero, no caso dos produtos alimentares não processados, em vigor entre abril e dezembro de 2023).</p>	
<b>2. Prevalência de excesso de peso e obesidade infantil</b>	
<p>De acordo com os dados mais recentes do <i>Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2022</i>, 31,9% crianças dos 6 aos 8 anos apresenta excesso de peso infantil (que inclui a pré-obesidade e a obesidade), e 13,5% vive com obesidade. Os dados relativos ao ano de 2022 mostram um aumento de 2,2 pontos percentuais na prevalência de excesso de peso infantil (29,7% em 2019 para 31,9% em 2022) contrariamente à tendência ligeiramente invertida que se vinha a verificar entre 2008 e 2019. A mesma tendência foi verificada para a prevalência de obesidade, tendo-se verificado um aumento de 1,6 pontos percentuais entre 2019 e 2022 (11,9% para 13,5%) <sup>(3)</sup>. Com resultados apenas do ano de 2022 é difícil verificar se este ano marcar um ponto de viragem na tendência da prevalência de excesso de peso infantil, ou se os resultados verificados refletem uma situação pontual, potencialmente relacionada com o possível impacto que a situação pandémica da COVID-19 poderá ter tido na modificação do estilo de vida das crianças portuguesas. O encerramento das escolas ao longo dos anos de 2020 e 2021 parece ter contribuído para menores níveis de atividade física e a falta de acesso à alimentação escolar também poderá ter sido um elemento negativo a considerar, em particular nas crianças mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico.</p>	
<b>3. Percentagem da população nacional que consome pelo menos 400g de fruta e hortícolas diariamente</b>	
<p>Para este indicador não existem dados atualizados, sendo os dados mais recentes os do último Inquérito Alimentar Nacional e Atividade Física IAN-AF 2015-2016. De acordo com os resultados deste inquérito mais de metade da população (56%) não cumpre a recomendação da Organização Mundial da Saúde de consumir mais de 400g/dia de fruta e produtos hortícolas (equivalente a 5 ou mais porções diárias). Esta inadequação é superior para os grupos etários das crianças e adolescentes, dos quais 72% e 78% não cumprem as recomendações. As regiões dos Açores e Madeira são as com maior incumprimento das</p>	

recomendações, 70,9% e 67,7% respetivamente. E as regiões do Norte (51,8%) e do Centro (51,8%) as com menor prevalência de inadequação <sup>(12)</sup>.

Porém, de acordo com os dados do *Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2022*, entre 2019 e 2022, o consumo de fruta diariamente aumentou de 63,1%, em 2019, para 71,2% e a percentagem de crianças que apresenta um consumo diário de hortícolas aumento de 57,3% para 69,0% <sup>(3)</sup>.

Entidade: DGS

EIPAS	Monitorização da composição nutricional da oferta alimentar
Indicadores	
<b>1. Monitorizar o teor de sal em categorias de alimentos: grupo do pão e cereais de pequeno-almoço, carnes e derivados de carne (carne picada — derivado de carne), refeições prontas a consumir, batatas fritas e outros snacks, molhos, sopas prontas a consumir, queijos e conservas de pescado e refeições produzidas pela restauração (sopa e prato de refeição)</b>	
Em 2019, foi assinado um protocolo entre a DGS, a Federação Portuguesa da Indústria Agroalimentar (FIPA) e a Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED) para a reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos trans em diferentes categorias alimentares. Foram definidas as seguintes metas do teor de sal para 2022:	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Batatas fritas e outros snacks salgados: Redução de 12%</li><li>2. Cereais de pequeno-almoço: Redução de 10% (1g por 100g- média ponderada; máximo de 1g por 100g – cereais para crianças)</li><li>3. Pão: 1g por 100g de pão (meta para 2021)</li><li>4. Pizzas: Redução de 10%</li><li>5. Refeições pré-embaladas prontas a consumir: 0,9g por 100g de refeição (meta para 2023)</li><li>6. Sopas pré-embaladas prontas a consumir: 0,3g por 100g (meta para 2023)</li></ol>	
Entre 2018 e 2021 foram avaliadas as categorias das batatas fritas e outros snacks salgados, cereais de pequeno-almoço e pizzas, quanto ao teor de sal.	
<b>1.1. Média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal</b>	
Apresenta-se de seguida a média do teor de sal (g/100g) nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal 2018-2021 <sup>(13)</sup> . No geral, verificou-se uma média do teor de sal de 1,14g em 2018 e de 1,01g em 2021.	
- Batatas fritas e outros <i>snacks</i> salgados 2018 ( <i>baseline</i> ): 1,25g 2021 ( <i>3º checkpoint</i> ): 1,16g	
- Cereais de pequeno-almoço 2018 ( <i>baseline</i> ): 0,71g 2021 ( <i>3º checkpoint</i> ): 0,60g	
- Pizzas 2018 ( <i>baseline</i> ): 1,78g 2021 ( <i>3º checkpoint</i> ): 1,38g	

## 1.2. Percentagem de redução do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal

A percentagem de redução do teor de sal nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal, entre 2018 e 2021, foi de 7,1% para as batatas fritas e outros snacks salgados, 14,5% para os cereais de pequeno-almoço e 22,3% para as pizzas. Entre 2018 e 2021, verificou-se uma redução global de cerca de 11,5% na média ponderada global do teor de sal nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares, o que se traduz em menos 25,6 toneladas de sal.

Destaca-se que duas das categorias analisadas (cereais de pequeno-almoço e pizzas) já atingiram a meta de redução do teor de sal definida para o ano de 2022 <sup>(13)</sup>.

## 2. Monitorizar o teor de açúcar em categorias de alimentos: bebidas não alcoólicas, laticínios, bolachas e sobremesas doces, produtos de pastelaria, cereais de pequeno-almoço, refeições prontas a consumir, molhos, gelados e fruta em conserva

De acordo com protocolo supramencionado, foram definidas as seguintes metas do teor de açúcar para 2022:

1. Cereais de pequeno-almoço: Redução de 10%
2. Iogurtes e leites fermentados: Redução de 10% (açúcares adicionados)
3. Leite achocolatado: Redução de 10% (açúcares adicionados)
4. Néctares: Redução de 7% (meta para 2023)
5. Refrigerantes: Redução de 10%

Entre 2018 e 2021 foram avaliadas as categorias dos cereais de pequeno-almoço, refrigerantes, néctares, iogurtes, leite achocolatado e leite fermentado, quanto ao teor de açúcar.

### 2.1 Média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar

Apresenta-se de seguida a média do teor de açúcar (g/100g) nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal 2018-2021 <sup>(13)</sup>. No geral, verificou-se uma média do teor de açúcar de 7,46g em 2018 e de 6,36g em 2021.

- Cereais de pequeno-almoço

2018 (*baseline*): 23,44g

2021 (*3º checkpoint*): 22,94g

- Iogurtes e queijos com sabor\*

2018 (*baseline*): 8,96g

2021 (*3º checkpoint*): 8,09g

- Leite com chocolate\*

2018 (*baseline*): 5,13g

2021 (*3º checkpoint*): 4,60g

- Néctares

2018 (*baseline*): 8,72g

2021 (*3º checkpoint*): 8,74g

- Refrigerantes

2018 (*baseline*): 5,94g

2021 (*3º checkpoint*): 4,96g

\*açúcares adicionados

### 2.2 Percentagem de redução do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar

A percentagem de redução do teor de açúcar nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal, entre 2018 e 2021, foi de 2,1% para os cereais de pequeno-almoço, 9,7% para os iogurtes e queijos com sabor, 10,4% para o leite achocolatado, 5,2% para o leite fermentado e 16,5% para os refrigerantes. No que se refere aos néctares, verificou-se um aumento de 0,2% no teor de açúcar entre 2018 e 2021. Durante este período, verificou-se uma redução global de cerca de 11,1% na média ponderada global do teor de açúcar nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares, o que se traduz em menos 6256,1 toneladas de açúcar.

Destaca-se que três das categorias abrangidas neste acordo (refrigerantes, leite achocolatado e iogurtes) já atingiram a meta de redução do teor de açúcar definida para o ano de 2022 <sup>(13)</sup>.

**3. Monitorizar o teor de ácidos gordos trans em categorias de alimentos: Média do teor de ácidos gordos trans nos principais grupos de alimentos fornecedores de ácidos gordos trans: bolachas, produtos de pastelaria, batatas fritas, cereais de pequeno-almoço, cremes de chocolate para barrar e margarinas**

De acordo com protocolo supramencionado, foi definida, para o teor de ácidos gordos *trans* para 2019, uma meta de < 2g por 100g de gordura, para as gorduras industriais para o fabrico de produtos alimentares.

Entidade: DGS

OAME	Avaliação a adesão à oferta alimentar em meio escolar
Indicadores	
<b>1. Monitorizar a adesão ao Regime Escolar</b>	
No ano letivo 2022/23, 346 288 crianças participaram no Regime Escolar com distribuição de leite e produtos lácteos (75,6% dos alunos elegíveis) e 195 408 crianças participaram no Regime Escolar com distribuição de fruta e produtos hortícolas (60,5% dos alunos elegíveis). Assim, verificou-se uma redução de 9,5% e um aumento de 30,7% nos alunos participantes nas vertentes de leite e produtos lácteos e de frutas e produtos hortícolas, respetivamente, comparativamente com o ano letivo 2021/2022. Estes valores representam ainda o número absoluto mais baixo na distribuição de leite e produtos lácteos e o número absoluto mais elevado na distribuição de fruta e produtos hortícolas desde a génese do Regime Escolar, no ano letivo 2017/18 (pela fusão dos Regimes de Fruta Escolar e de Leite Escolar).	
<b>2. Monitorizar a adesão aos refeitórios escolares</b>	
Com a transferência de competências na área da educação para os Municípios, nomeadamente no que diz respeito à gestão dos refeitórios escolares, a monitorização da adesão aos refeitórios escolares tornou-se mais complexa. Deste modo, a DGE e a DGEstE encontram-se neste momento a desenhar um novo instrumento ou plataforma a que, cada um dos Municípios possa aceder e preencher.	
<b>3. Grau de cumprimento dos bufetes escolares e máquinas de venda automática disponíveis nos estabelecimentos de ensino ao disposto no Despacho 8127/2021, de 17 de agosto</b>	
A Direção-Geral da Saúde e a Direção-Geral da Educação realizaram, entre 5 de maio a 15 de julho de 2022 um estudo que teve como objetivo monitorizar a implementação do Despacho	

n.º 8127/2021 nos estabelecimentos de educação e de ensino da rede pública do Ministério da Educação.

Os resultados a seguir traduzem a resposta 405 Agrupamentos de Escolas que responderam ao questionário (taxa de resposta de 50,1 %):

- 98% tem bufetes
- 31% tem máquinas de venda automática

Relativamente aos géneros alimentícios a NÃO disponibilizar:

13,1% dos bufetes analisados continuam a disponibilizar barritas de cereais e monodoses de cereais de pequeno-almoço,

10,4% disponibilizam gelados,

7,1% disponibilizam chocolates,

6,6% disponibilizam bolachas e biscoitos

5,8% disponibilizam produtos de pastelaria.

Quanto aos géneros alimentícios a disponibilizar obrigatoriamente nos bufetes escolares, a maioria dos bufetes analisados cumpre o definido pelo Despacho n.º 8127/2021, com exceção da categoria das saladas. Porém, 14,4% dos bufetes não disponibilizam fruta, 13,4% não disponibilizam iogurtes e 10,9% não disponibilizam água potável gratuita.

No global, verificou-se que 29,8% dos bufetes analisados apresentam pelo menos uma não conformidade quanto aos alimentos a não disponibilizar e 27,5% dos bufetes apresentam pelo menos uma não conformidade relativamente aos alimentos a disponibilizar obrigatoriamente. Verificou-se uma maior percentagem de não conformidades para os alimentos a não disponibilizar nos Agrupamentos de Escolas/Escola não Agrupada da Direção de Serviços Regionais do Algarve (59,1%).

Entidade: DGE

ENEC

Avaliação dos resultados relativos aos domínios obrigatórios em todos os ciclos de ensino, relacionados com a segurança alimentar, como direitos humanos, saúde, desenvolvimento sustentável, interculturalidade ou educação ambiental:

Conceção, desenvolvimento e disponibilização de materiais de suporte ao desenvolvimento da temática em contexto da componente cidadania e desenvolvimento

Indicadores

### 1. Monitorizar os acessos às páginas da DGE com conteúdos alusivos à temática.

O *Google Analytics* sofreu atualizações/alterações em junho/julho de 2023, pelo que a apresentação dos dados relativos ao período de 1 de janeiro de 2023 a 15 de junho de 2023 é diferente da apresentação dos dados relativos ao período de 16 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Acresce que, devido às atualizações/alterações referidas não há dados relativos ao período entre 15 de junho e 7 de agosto, isto é, é como se durante este período tivesse havido zero visualizações.

Assim:

De 1 de janeiro até 15 de junho de 2023, houve 5.015 visualizações da página da Educação Alimentar da DGE, com 3.841 visualizações de página única e 1.370 entradas.

Outras páginas que contribuem de forma indireta para a Segurança Alimentar e Nutricional apresentaram, em 2022, os seguintes acessos/visualizações:

Educação ambiental – 24.752 visualizações com 17.859 de página única e 8.941 entradas.

Direitos Humanos – 14.806 visualizações com 10.320 de página única e 4.019 entradas.

Desenvolvimento sustentável – 11.541 visualizações com 8.239 de página única e 2.992 entradas.

Interculturalidade – 30.005 visualizações com 20.751 de página única e 10.518 entradas.

De 7 de agosto a 31 de dezembro de 2023 houve 3.841 visualizações, de 1.631 utilizadores e com uma média de 2,35 visualizações por utilizador.

Relativamente a outras páginas que contribuem de forma indireta para a Segurança Alimentar e Nutricional, e no que respeita ao período em causa (7 de agosto a 31 de dezembro), temos:

Educação ambiental - 15.811 visualizações, de 5.773 utilizadores e com uma média de 2,74 visualizações por utilizador.

Direitos humanos – 17.673 visualizações, de 5.945 utilizadores e com uma média de 2,97 visualizações por utilizador.

Desenvolvimento sustentável – 9.086 visualizações, de 3.552 utilizadores e com uma média de 2,56 visualizações por utilizador.

Interculturalidade – 19.985 visualizações, de 7.030 utilizadores e com uma média de 2,84 visualizações por utilizador.

## **2. Conceção, desenvolvimento e disponibilização de materiais de suporte ao desenvolvimento da temática em contexto da componente cidadania e desenvolvimento**

Durante 2023, foi disponibilizado o documento “Estudo de monitorização da implementação do Despacho n.º 8127/2021, que determina a oferta alimentar em meio escolar” - <https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/relatorio-monitorizacao-oferta-alimentar-escolarfinal.pdf>

Entidade: DGE

PO APMC	Prestar apoio alimentar aos mais carenciados contribuindo para a redução da pobreza ou exclusão social no contexto do Plano de Ação do Pilar Europeu Direitos Sociais
Indicadores	
<p><b>1. Número de destinatários que beneficiam das medidas de acompanhamento do PO APMC, designadamente sobre “prevenção do desperdício” e “seleção de géneros alimentares”</b></p>	
<p>As medidas de acompanhamento realizadas no âmbito do PO APMC, consistem em atividades desenvolvidas com o objetivo de capacitar as famílias e/ou as pessoas mais carenciadas na <b>seleção dos géneros alimentares</b>, na <b>prevenção do desperdício</b> e, ainda, na <b>otimização da gestão do orçamento familiar</b>, nomeadamente através da realização de sessões de esclarecimento e ou de sensibilização e informação levadas a cabo pelas entidades parceiras (mediadoras) das operações de distribuição de alimentos.</p>	
<p>Desde o início da operacionalização do PO APMC, foram levadas a cabo <b>um total de 3.746 medidas de acompanhamento que abrangeram 175.669 destinatários</b>, distribuídas conforme abaixo indicado pelos diferentes tipos de ação:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Prevenção do desperdício</b> – 1.230 ações que abrangeram 60.239 destinatários;</li> <li>- <b>Seleção de géneros alimentares</b> – 1.291 ações que abrangeram 55.285 destinatários;</li> <li>- <b>Otimização da gestão do orçamento familiar</b> – 1.225 ações que abrangeram 60.145 destinatários.</li> </ul>	
<p>Reportando-nos aos anos de 2020 a 2022, verifica-se que a distribuição do número de medidas de acompanhamento realizadas e destinatários abrangidos foi a seguinte:</p>	
<p><b><u>2020</u></b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Prevenção do desperdício</b> – 155 ações que abrangeram 6.643 destinatários;</li> <li>- <b>Seleção de géneros alimentares</b> – 209 ações que abrangeram 9.912 destinatários;</li> <li>- <b>Otimização da gestão do orçamento familiar</b> – 91 ações que abrangeram 4.536 destinatários.</li> </ul>	
<p><b><u>2021</u></b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Prevenção do desperdício</b> – 225 ações que abrangeram 12.355 destinatários;</li> <li>- <b>Seleção de géneros alimentares</b> – 204 ações que abrangeram 9.391 destinatários;</li> <li>- <b>Otimização da gestão do orçamento familiar</b> – 192 ações que abrangeram 9.041 destinatários.</li> </ul>	
<p><b><u>2022</u></b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Prevenção do desperdício</b> – 263 ações que abrangeram 13.122 destinatários;</li> <li>- <b>Seleção de géneros alimentares</b> – 264 ações que abrangeram 10.625 destinatários;</li> <li>- <b>Otimização da gestão do orçamento familiar</b> – 316 ações que abrangeram 17.223 destinatários.</li> </ul>	
<p>Destaca-se também o número de destinatários apoiados pelo PO APMC desde que iniciou a sua atividade em 2017:</p>	

- 2017 – 37.761 destinatários diferentes apoiados;
- 2018 – 79.021 destinatários diferentes apoiados;
- 2019 – 92.635 destinatários diferentes apoiados;
- 2020 – 148.561 destinatários diferentes apoiados;
- 2021 – 170.383 destinatários diferentes apoiados;
- 2022 – 154.023 destinatários diferentes apoiados;

Estes valores anuais traduzem o número de destinatários finais diferentes apoiados em cada um dos anos, sendo que o total de destinatários diferentes apoiados pelo PO APMC desde 2017 é de 260.155 destinatários.

## **2. Número de Pessoas abrangidas pelo Programa de Ajuda Alimentar, nomeadamente Implementar e Executar o Programa de Ajuda Alimentar a Pessoas Carenciadas**

Reportando-se aos anos de 2020 a 2023, verificou-se que o número de Pessoas abrangidas pelo Programa de Ajuda Alimentar foi o seguinte:

2020 - Foram apoiados 51.639 agregados familiares, ainda que não de forma contínua, correspondendo a um total de 136.290 destinatários abrangidos pelo Programa PO APMC

2021 - Foram apoiados 59.490 agregados familiares, ainda que não de forma contínua, correspondendo a um total de 158.031 destinatários abrangidos pelo Programa PO APMC.

2022 - Foram apoiados 56.103 agregados familiares, ainda que não de forma contínua, correspondendo a um total de 150.338 destinatários abrangidos pelo Programa PO APMC.

2023 - Foram apoiados 57.937 agregados familiares, ainda que não de forma contínua, correspondendo a um total de 155.874 destinatários abrangidos pelo Programa PO APMC.

Entidade: ISS, POAPMC

## Medida 2.2 Identificar boas práticas na área da saúde e nutrição

PAC, ENM, PNPAS, «Terra Futura» - Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30, EIPAS, OAME, ENEC, PO APMC, Km0	Identificar boas práticas na área da saúde e nutrição, avaliando a sua escalabilidade e replicabilidade
Indicadores	
<b>1. Boas práticas de promoção da Dieta Mediterrânica</b>	
<p>- <b>Kit dieta mediterrânica.</b> Iniciativa da DGS por ocasião do 10º aniversário da distinção da Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Trata-se de um conjunto de materiais relativos à Dieta Mediterrânica produzidos e publicados pelo Programa Nacional para Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) e/ou por parceiros para serem utilizados na promoção deste saudável e sustentável padrão alimentar.</p>	
<p>(<a href="https://nutrimento.pt/noticias/kit-dieta-mediterranica/">https://nutrimento.pt/noticias/kit-dieta-mediterranica/</a>)</p>	
<p>- <b>Feira da dieta mediterrânica, em Tavira.</b> Decorre todos os anos em setembro, em 2023 entre 7 e 10, pretende celebrar e divulgar a Dieta Mediterrânica, contribuindo para o reconhecimento, salvaguarda e partilha deste património civilizacional milenar, comum aos povos de cultura mediterrânica.</p>	
<p>(<a href="http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/service-block/feira-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-7-10-de-setembro-de-2023">http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/service-block/feira-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-7-10-de-setembro-de-2023</a>)</p>	
<p>- <b>Rota da Dieta Mediterrânica.</b> Em Faro, Loulé, no Porto e em Lisboa. Iniciativa organizada pela Associação In Loco, promotora do projeto “+Algarve” decorreu a 26 e 27 setembro, 12 de outubro, 29 de novembro e 17 de dezembro de 2023, respetivamente, pretendeu partilhar este estilo de vida cheio de sabores, cheiros, texturas, história, convívio, música, dança e, é claro, a gastronomia mediterrânica.</p>	
<p>(<a href="http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/rota-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-em-faro">http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/rota-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-em-faro</a>; <a href="https://www.cm-loule.pt/pt/noticias/39085/a-rota-da-dieta-mediterrenica-vem-a-loule.aspx">https://www.cm-loule.pt/pt/noticias/39085/a-rota-da-dieta-mediterrenica-vem-a-loule.aspx</a>; <a href="http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/rota-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-anda-pelo-norte-neste-fim-de-semana">http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/rota-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-anda-pelo-norte-neste-fim-de-semana</a>; <a href="https://www.minhaterra.pt/rota-da-dieta-mediterranica-no-mercado-da-ribeira-em-lisboa.T14517.php">https://www.minhaterra.pt/rota-da-dieta-mediterranica-no-mercado-da-ribeira-em-lisboa.T14517.php</a>)</p>	
<p>- <b>Ciclo de webinários dedicados à Dieta Mediterrânica.</b> Decorreu em setembro, outubro, novembro e dezembro de 2023, no âmbito das comemorações do 10º aniversário da sua distinção enquanto Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Organização da Associação Portuguesa de Nutrição.</p>	
<p>(<a href="http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/ciclo-de-webinarios-dedicado-%C3%A0-dieta-mediterr%C3%A2nica">http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/ciclo-de-webinarios-dedicado-%C3%A0-dieta-mediterr%C3%A2nica</a>)</p>	
<p>- <b>RNAES – Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável.</b> Projeto apoiado pelo PRR, visa a estruturação de uma rede nacional fomentando a capacitação interpares, a partir das parcerias dos 22 projetos sub-regionais promovidos no âmbito do Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), promovendo a transferência de conhecimento e a inovação sobre este tema e contribuindo para uma estratégia integrada de alimentação sustentável, enquanto Sistema Alimentar Territorial, na salvaguarda e valorização da Dieta Mediterrânica. O projeto é promovido por um consórcio constituído pela Food4Sustainability CoLAB (F4S), o Instituto Politécnico de Viseu (IPV), a Federação Minha Terra, a Associação In Loco,</p>	

a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro), a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e sete pequenas e médias empresas (PME).

(<https://www.minhaterra.pt/apresentacao-do-projeto-rnaes-rede-nacional-para-a-alimentacao-equilibrada-e-sustentavel.T14318.php>)

- **Alimentos com história: histórias de alimentos.** Lançamento do livro, pela Universidade do Algarve em parceria com a CCDR Algarve, no âmbito da comemoração dos 10 anos do reconhecimento da Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade. Tem como principal objetivo transmitir os principais conhecimentos, competências e valores fundamentais à preservação da Dieta Mediterrânica, abordando a história de alguns dos principais alimentos do mediterrâneo, como: azeite, azeitonas, uvas, queijo fresco, enchidos, pescado, garum, ervas aromáticas e as bebidas destiladas.

([https://www.ualg.pt/universidade-do-algarve-lanca-livro-dedicado-historia-dos-alimentos?fbclid=IwAR1XrIOGgLDSgxTbbTP0W5qw8n8CtM21Mn2RKuiQ4ZgKSYdjfX83Wp0x\\_a4](https://www.ualg.pt/universidade-do-algarve-lanca-livro-dedicado-historia-dos-alimentos?fbclid=IwAR1XrIOGgLDSgxTbbTP0W5qw8n8CtM21Mn2RKuiQ4ZgKSYdjfX83Wp0x_a4))

- **Dieta mediterrânica. Agenda.** Recurso no contexto da promoção de uma alimentação saudável e sustentável. Esta Agenda, conjugando produtos e territórios através de rotas, permite ao utilizador acompanhar ao longo do ano as regiões e os seus excelentes produtos. Permite perceber onde se podem encontrar os alimentos que constituem a Dieta Mediterrânica, conhecer a sua história, em que alturas do ano se pode ter acesso a estes alimentos, conhecer algumas curiosidades a seu respeito e, a melhor parte, como fazer pratos deliciosos com os produtos que se produzem em Portugal. Esta agenda é o resultado do trabalho conjunto realizado no âmbito do projeto PDR2020-2024-055288, sob a coordenação da CONFAGRI e com a colaboração da FENALAC, FENADEGAS, FENAPÍCOLA e CAPEMEL.

([https://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/2024/Agenda\\_VF.pdf](https://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/2024/Agenda_VF.pdf))

- **UALg TEC MED.** Infraestrutura existente nos Campi da Universidade do Algarve que integra o ecossistema de transferência de conhecimento, especificamente dedicado ao desenvolvimento de um centro de salvaguarda da dieta mediterrânica e ligação com as empresas na área da hotelaria, restauração e alimentação.

(<https://www.ualg.pt/sites/default/files/documentos/2023-07/manual-da-qualidade-v22.pdf>)

- **Exposição itinerante “Dieta mediterrânica – Património cultural imaterial da humanidade”.** Elaborada pela Câmara Municipal de Tavira, destina-se a promover e divulgar a Dieta Mediterrânica, nas suas diferentes vertentes, para todos os grupos etários. Integra síntese sobre o elemento inscrito pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade: a sua história, as paisagens culturais, a saúde, os produtos, a candidatura/inscrição, as tradições, a gastronomia, as festividades, entre outros. Esta exposição poderá ser modulada e reconfigurada para diferentes espaços.

(<http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/expo>)

- **DiMEd - Dieta Mediterrânica: multidimensionalidade como suporte à educação e formação profissional.** Compreende o desenvolvimento e produção de recursos educativos, através de uma cooperação entre intervenientes do sistema de ensino e formação profissional, investigação e outras entidades locais. Esta difusão de conhecimentos e recursos nas diferentes vertentes da DM permitirá uma diferenciação pedagógica e a aplicação de novas práticas educativas, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e competências relevantes nos vários domínios formativos e respetivo perfil profissional, em paralelo com o desenvolvimento de competências transversais e para a vida, numa perspetiva de resposta às exigências do mercado de trabalho e combate ao insucesso e abandono.

([Projetos de I&D | Universidade do Algarve \(ualg.pt\)](#); [Projeto – DIMED \(cvtavira.pt\)](#))

- **TerritorialMED: Salvaguarda e Valorização da Dieta Mediterrânica.** Projeto no âmbito da RRN, visou reforçar a estratégia nacional para a salvaguarda e a valorização da Dieta Mediterrânica, desenvolvendo uma intervenção alargada a todo o território nacional, mas com incidência e adequação a cada região do País e envolvendo os diversos agentes com ligação à DM, nomeadamente agricultura, alimentação, saúde, turismo, autarquias, investigação, comunidade escolar, associações de desenvolvimento local e agentes económicos.

(<https://inovacao.rederural.gov.pt/projetos/projetos-rrn/37-projetos-rrn/949-territorial-med-salvaguarda-e-valorizacao-da-dieta-mediterranica>)

- **O Prato Certo.** Um portal que promove uma alimentação mais saudável, económica e deliciosa, baseada no estilo de vida mediterrânico, com o objetivo de gerar junto da comunidade uma mudança de hábitos e de comportamentos alimentares, assim como a adoção de atitudes mais sustentáveis e integradoras, com vista a uma melhoria da sua qualidade de vida.

([Prato Certo | Dieta mediterrânica \(dietamediterranica.pt\)](#); [O Prato Certo - Alimentação Saudável e Económica](#))

- **A cozinha da avó.** Projeto financiado pelo POISE, reinterpreta as receitas alentejanas tradicionais com produtos produzidos no momento adequado, de modo biológico e com gestão rigorosa de água. Envolve diferentes gerações e parceiros num processo colaborativo de mudança de paradigma sobre a alimentação — da produção ao consumo —, enraizando bons hábitos de saúde alimentar e práticas sustentáveis na comunidade.

([A cozinha da Avó | Dieta mediterrânica \(dietamediterranica.pt\)](#); [A Cozinha da Avó - A Cozinha da Avó \(acozinhadaavo.pt\)](#))

- **Projeto Medita “Dieta Mediterrânica promove saúde”.** Em parceria com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Alg), a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (ARS), a Universidade do Algarve (UAlg) e o Servicio Andaluz de Salud (SAS), pretende promover hábitos de vida mais saudáveis nos jovens da região do Algarve nas crianças e jovens da Região da Andaluzia, tendo por base o conceito da Dieta Mediterrânica, de forma a melhorar os hábitos alimentares, o estado de saúde e promover o combate à obesidade

([Sobre o MEDITA - MEDITA \(projetomedita.eu\)](#))

- **Projeto SEMENTE.** Centra-se em 5 bairros vulneráveis de Tavira e tem como missão, através da promoção da autodeterminação alimentar, combater a insegurança alimentar e afirmar o direito a uma alimentação adequada, lançando as sementes para o reforço da capacidade de produção / consumo urbano e a diminuição da insegurança alimentar.

(<http://www.dietamediterranica.pt/?q=pt/menu-a%C3%A7%C3%B5es-projeto/projeto-semente>)

- **+Algarve, um estilo de vida mediterrânico.** Projeto financiado por CRESC Algarve - (PADRE), visa preparar a retoma económica da região no período pós-covid, capacitando e apoiando os municípios e os seus operadores económicos para estruturarem uma oferta robusta, bem organizada, dinâmica, capaz de gerar atração turística nacional e internacional durante a época baixa, contribuindo assim para reforçar a posição da região como um destino de qualidade, todo o ano, tendo como base a identidade cultural mediterrânica e um conjunto inovador de produtos e serviços identitários, ligando os territórios do litoral e do interior.

([INLOCO - +ALGARVE, um estilo de vida Mediterrânico \(in-loco.pt\)](#))

- **Diversos projetos.** Tiveram início em 2023 e estão a decorrer, uns no âmbito do Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), financiado pelo PDR e apoiado pela Rede Rural Nacional e outros financiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Relativamente ao PNAES, da iniciativa do Ministério da Agricultura e das Pescas, visa, além de valorizar e salvaguardar a Dieta Mediterrânica enquanto sistema e padrão alimentar característico do território nacional, estimular também a produção nacional, promover a adoção de sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis, com base nas cadeias curtas de abastecimento e nos sistemas alimentares locais, valorizar os produtos endógenos de qualidade e sensibilizar e aconselhar os consumidores e a população em geral para a adoção de uma alimentação nutricionalmente equilibrada e informada.

Os projetos no âmbito do PNAES totalizam um financiamento no valor de 4.021.377,72euros, encontram-se descritos [aqui](#) e são:

- Alimentação saudável no Litoral Alentejano;
- LA&DMMT - Literacia Alimentar & Dieta Mediterrânica no Médio Tejo;
- Cávado Com... Sabor;
- Prato certo - Alimentação + Sustentável;
- MEDEAT – Rede Territorial para a Alimentação Sustentável e Equilibrada;
- AML Alimenta;
- Alimentação Sustentável. LT;
- Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões;
- Semear e Alimentar Local;
- Alimentação Segura no Alto Tâmega e Barroso;
- Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável na Região de Leiria;
- Promover a Alimentação Equilibrada e Sustentável, a Dieta Mediterrânica e Combater o Desperdício Alimentar no Território do Ave;
- TerrAlimenta;
- AlimentaÇÃO - AL4Alto-Minho - Promover a Alimentação Equilibrada e Sustentável, a Dieta Mediterrânica e Combater o Desperdício Alimentar no Alto Minho;
- Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável nas Terras de Trás-os-Montes;
- Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável no Douro;
- Alimenta Sã – Alimentação Sustentável e Circuitos Curtos Agroalimentares no Alto Alentejo
- Pensar Global, Agir Local...à Mesa;
- PNAES Oeste;
- A Comer é que a Gente se Entende;
- Identidade Alimentar na AMP.

Os projetos PRR aprovados, no âmbito do aviso N.º 12/C05-i03/2021, totalizam um apoio de 3.654.921,43euros (mais informação encontrar-se [aqui](#)) e são:

- RedFruit4Health - Dieta mediterrânica: promover a valorização e consumo de frutos vermelhos como promotores da saúde;
- DM4you – Potencial da Dieta Mediterrânica no aumento da qualidade de vida - + saúde + sustentabilidade;
- Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável;
- Cogumelos do “Prado ao Prato”: Do Tratamento de Doenças do Metabolismo a Dieta Saudável Sustentável a partir da Valorização de Recursos Agro-florestais;
- HARVEST - Valorizar a Horta Familiar de forma a educar para uma dieta mediterrânica, saudável e sustentável;

- Desenvolvimento de Cadeias de Valor de Cereais Tradicionais para uma Alimentação Sustentável em Portugal.

Estes projetos PRR evidenciaram o seu alinhamento com a Iniciativa Emblemática Alimentação Sustentável, da Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 e enquadraram-se nas linhas de ação:

LA 1.1. Consumo: fomentar o acesso a alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade restauração coletiva, mercados locais, circuitos curtos).

LA 1.2. Produtos: introduzir tecnologias e medidas de rastreabilidade e autenticidade dos produtos (como tecnologias baseadas em blockchain).

LA 1.3. Dieta Mediterrânica: promover e valorizar a Dieta Mediterrânica.

LA 1.4. Comunicação: informar, formar e educar para uma alimentação saudável e sustentável, e visando o combate ao desperdício alimentar.

Entidade: GPP, DGAV, DGADR, DGRM, IPMA, I. P., DOCAPESCA, DGS, DGE, APA, I. P., Universidade de Évora, ISS, I. P.

### Medida 2.3 Impactos da estratégia do plástico na cadeia alimentar

Estratégia para os Plásticos	Contributo das embalagens de plástico para garantir a segurança dos alimentos e para a redução do desperdício destes. As medidas a adotar no contexto da estratégia para os plásticos devem cumprir a legislação alimentar da UE. Em particular a redução do consumo de recipientes para alimentos não pode pôr em risco a segurança dos alimentos, as boas práticas de higiene, as boas práticas de fabrico, a informação aos consumidores, ou os requisitos de rastreabilidade.
------------------------------	---

#### Indicadores

##### 1. N.º de sessões de esclarecimento sobre a legislação da União Europeia

No decorrer do ano 2023, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. promoveu sessões de esclarecimento relativas aos diferentes diplomas regulamentares, destinadas a diferentes públicos-alvo, designadamente a produtores/embaladores de produtos e intervenientes do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens:

- 2 sessões de esclarecimento sobre a implementação da Diretiva SUP (Diretiva (UE) 2019/904);
- 9 sessões de esclarecimento sobre o registo de produtores/embaladores de produtos, no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), no âmbito das embalagens;
- Realização da II Conferencia SDR Portugal - Economia Circular e Inovação;
- Webinar "Acelerar 2025" sobre o Tratado Global para os Plásticos - Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens.

Em cumprimento do estabelecido nas respetivas licenças e legislação em vigor, as entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos devem – **de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos pela APA e DGAE** – promovem ações e/ou projetos de

Sensibilização, Comunicação e Educação (S, C&E); de Investigação e Desenvolvimento (I&D) destinadas a distintos intervenientes que contribuam, entre outros objetivos, para informar/educar sobre práticas de consumo sustentável; materiais que constituem cada um dos fluxos de resíduos, e o impacte dos mesmos no ambiente e na saúde humana. Neste âmbito podemos evidenciar diversas ações promovidas no decorrer do ano 2023 pela Sociedade Ponto Verde, pela Novo Verde e pela Electrão, enquanto entidades gestoras do sistema integrado de resíduos de embalagens (SIGRE), das quais se destacam algumas:

- Ações destinadas à comunidade escolar:
  - o **Academia Ponto Verde**  
Plataforma online para dinamização e desenvolvimento de iniciativas de promoção da reciclagem de embalagens e implementação de ações, nas escolas e na comunidade, num compromisso de proteção do ambiente. Em 2023 abrangeu 80 escolas de norte a sul do país, impactando 4 639 alunos.
  - o **Recicla Mania em 2023:**  
Atividade pedagógica realizada nas praias, em formato de jogo de tabuleiro, que se destina sobretudo a grupos de estudantes integrados em colónias de férias após o término do ano letivo, com o objetivo de ajudar a esclarecer dúvidas e ensinar boas práticas sobre a separação de resíduos, incluindo a colocação correta de embalagens nos ecopontos. De 3 a 28 de julho a Sociedade Ponto Verde implementou a segunda edição do projeto, que durou 20 dias e passou por 19 praias, 3 das quais fluviais, nas regiões de Lisboa, Algarve, Centro e Porto. Os resultados alcançados neste período traduziram-se no contacto com 72 escolas e colónias de férias e mais de 2300 crianças e educadores envolvidos. Em notícias estes números refletiram-se em 67 notícias e referências em redes sociais. Foram feitas 9 reportagens, em TV, imprensa e rádio.
  - o **Escola Electrão:**  
Parceria com a campanha “Ecovalor” da EGF para recolha de embalagens nas escolas, disponibilização de materiais para sensibilização, como o livro “Electrão, Conheço bem muito obrigada!”, desafio “Repórter Electrão” para desenvolvimento de trabalhos nas escolas sobre reciclagem de embalagens.
  - o **Ação “Transformar”:**  
10 ações de sensibilização em praia para a comunidade escolar, por parte da Electrão, visando a sensibilização, comunicação e educação para a correta separação e encaminhamento de embalagens de plástico para reciclagem.
  - o **Electrão Open Day:** visita à Amarsul, com alunos e professores do 7º e 8º ano do Agrupamento de Escolas de Santo António da Charneca, Barreiro.
  - o **Ação de SCE: Geração Verdão:**  
Programa de sensibilização e educação ambiental da Novo Verde que visa contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de reciclagem em Portugal através da formação e educação das crianças de hoje, adultos de amanhã, no contexto escolar.
  - o **Ação Conversas com Energia:**

Ciclos de conversas destinadas a promover o conhecimento e o diálogo sobre os desafios da emergência climática, energia e sustentabilidade, numa parceria entre a Novo Verde, a Fundação EDP e o Maat. Esta iniciativa abrange escolas privadas, públicas e TEIP (programa destinado a Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), com alunos desde o 5º ano até estudantes universitários, abrangendo diversos temas, incluindo o tema das embalagens de plástico.

o **Exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo”:**

Em 2023 a Novo Verde apoiou a exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo” no Maat, tendo efetuado visitas guiadas.

o **Há Festa no Parque:**

Evento da Câmara Municipal de Mafra, que celebra o Dia Mundial da Criança, contou com a presença de diversas entidades, nomeadamente a Novo Verde que proporcionou momentos lúdicos de diversão e aprendizagem para as crianças e famílias, sensibilizando-as para diversos temas relacionados com a proteção ambiental.

o **Festa Dia da Criança:** A Novo Verde juntou-se à Firmo, marca de material escolar, lançando a campanha conjunta “Reciclar é o que está a dar”, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a importância da reciclagem de embalagens e para a adoção de comportamentos mais sustentáveis, especialmente no que toca à aquisição de material no arranque do contexto escolar.

• Ações destinadas a todos os cidadãos:

o **A App “Acerta e Recicla”:**

Aplicação online composta por vários jogos e quizzes sobre o tema da reciclagem de embalagens visando ser uma plataforma de partilha de práticas que incentivam os portugueses a reciclar mais e melhor as embalagens do dia a dia. A primeira vaga, de lançamento, focada na reciclagem de embalagens em Portugal, teve 27.332 cidadãos a jogar, 13.922 pessoas a instalar a A&R pela mecânica *member get member*, 16.957.753 Visualizações e +11.800 pessoas impactadas em 12 cidades. A segunda vaga, focada na reciclagem do vidro para ajudar no atingimento de metas, teve 14.793 cidadãos a jogar, 11.592 pessoas a entrar pela mecânica *Member Get Member* e 18.645.038 visualizações em digital. A terceira vaga, em dezembro, obteve: 32.312 cidadãos a jogar, 15.758 no *Member Get Member*, 30.087.485 visualizações em digital e milhares de pessoas impactadas nos mercados de Natal como Wonderland e Cascais Village, e ações de rua na Baixa do Porto. As três campanhas de divulgação da nova App Acerta & Recicla, geraram 1 178 387 perguntas respondidas, 41 725 utilizadores trazidos por amigos, mais de 29 mil interações nas redes sociais.

o **Ação Transformar:**

40 ações de sensibilização em praia para toda a comunidade

o **Ativações Electrão:**

Dinâmicas como jogos sobre a correta separação de embalagens de plástico em eventos, como “Há Festa no Parque em Mafra e Setúbal, Evento Academia do Benfica, Cidade do Zero.

- o **Ação “Faz pelo Planeta”:**  
Movimento para inspirar, identificar e apoiar projetos que promovam a educação ambiental para consumo sustentável, correta separação e deposição de embalagens de plástico, mas também projetos de limpeza de resíduos de embalagens com o intuito de proteger os ecossistemas marinhos, e projetos de reciclagem dos resíduos de embalagens de plástico recolhidos.
- o **Sistema de Incentivo e Depósito:**  
Sensibilização e incentivo à correta separação e deposição de embalagens de plástico, com 3 máquinas em funcionamento nas lojas Lidl do concelho de Mafra.
- o **Electrão Tailormade:**  
Instalação de Ecobolas com ecopontos, construídos com embalagens de plástico reciclado, para sensibilização e correta separação dos resíduos, campanhas digitais sobre gestão responsável de resíduos de plástico.
- o **Onde reciclar.pt:**  
Jogo online interativo sobre reciclagem, incluindo de embalagens de plástico;
- o **Campanhas Publicitárias Electrão:**  
Campanha digital sobre onde reciclar vários tipos de embalagens de plástico e sobre os mitos associados a este material.
- o **SIGR Electrão:**  
Campanha e acções sobre reciclagem de embalagens, incluindo embalagens de plástico, no contexto da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2023, incluindo uma sessão de formação com a DRAA;
- o **“Reciclar é a Nossa Praia, *International Coastal Cleanup Day*”:**  
Campanha retomada pela Novo Verde, pelo 3º ano consecutivo, em parceria com a Sailors For The Sea Portugal, que se realizou em 9 concelhos de norte a sul do país, durante uma semana. A iniciativa pretendeu sensibilizar comunidades locais para o impacto do seu comportamento, nos mares e oceanos, incentivando simultaneamente ao não abandono de resíduos nas suas praias.
- o **Festivais de Verão: Festival MED, Porto Primavera Sound e Vodafone Paredes de Coura:**  
Com o intuito de sensibilizar o público-alvo destes festivais, a Novo Verde esteve presente com o objetivo de alertar para a importância do correto descarte e encaminhamento do resíduo de embalagem produzido neste tipo de eventos.
- o **Programa “Querido Mudei a Casa” na TVI:**  
A Novo Verde juntou-se ao programa de televisão “Querido Mudei a Casa” para esclarecer a população para a separação e correto encaminhamento de resíduos e sensibilizar os telespectadores para a adoção de boas práticas ambientais.
- o **Ação Vital Sport:**  
Evento que visa chamar a atenção para os benefícios da atividade física e do desporto, e torná-los acessíveis ao maior número de pessoas, a Novo Verde, em parceria com a Decathlon, levou a cabo ações de sensibilização e

conscientização sobre a correta separação e encaminhamento de resíduos de embalagens em oito lojas de norte a sul do país.

o **Ação “SUP Time”:**

Numa colaboração entre a Novo Verde e o Recheio Cash & Carry, foram dadas a conhecer ao público-alvo, de forma apelativa, clara e acessível, várias medidas da Diretiva SUP, de Plásticos de Utilização Única.

o **Ação “Recicla-me”:**

Campanha da Novo Verde em parceria com as lojas Amanhecer, visando a sensibilização para a correta reciclagem de embalagens, reforçando a importância do consumidor no ato da deposição das mesmas nos ecopontos.

o **Ação Waste Summit:**

A Waste Summit, que visa fomentar a discussão e reflexão sobre os temas do consumo, economia e sustentabilidade nos dias de hoje, e tem como objetivo a partilha das melhores práticas entre os vários setores da sociedade, contou com a participação da Novo Verde para a promoção da literacia ambiental e despertar de consciência dos portugueses para a adoção de práticas sustentáveis, assegurando a continuidade da reciclagem e o correto encaminhamento de resíduos de embalagens, fomentando a economia circular através da redução, reutilização, reciclagem ou valorização e recuperação de materiais e de energia.

o **Ação de I&D: Rede de Recolha Própria – Pingo Doce Malveira:**

A Novo Verde, em parceria com o Município de Mafra, o Pingo Doce da Malveira e a TratoLixo, manteve ativo o projeto piloto de incentivo à recolha de resíduos de embalagens de bebidas em plástico PET não reutilizáveis. Este projeto tem mostrado forte adesão por parte dos consumidores, tendo recolhido, até final de 2023, mais de 1 milhão e 763 mil garrafas desde o seu início (projeto a decorrer desde outubro 2019).

o **Ação de I&D: “Mafra Reciclar a Valor+”:**

Este projeto, tal como foi constituído inicialmente (EEA Grants) terminou a 30 de junho de 2022, tendo os vários parceiros mantido o seu funcionamento numa perspetiva de rede de recolha própria da Novo Verde. Contemplando a recolha de garrafas de plástico, nas lojas Pingo Doce Malveira, Pingo Doce Mafra e Minipreço Ericeira), este projeto permitiu recompensar os cidadãos pela entrega dos seus resíduos nestas máquinas.

o **Ação de I&D: “Negócios com Mais Valor”:**

Tendo como material alvo as embalagens de Plástico, Alumínio e Aço, a Novo Verde e os seus parceiros Valorsul e Recheio, Cash & Carry pretenderam promover a entrega destes resíduos por parte do canal HORECA e dos proprietários dos estabelecimentos comerciais, clientes do Recheio de Loures. Através de um valor de incentivo, foi possível atingir já em 2024 as 50 toneladas de resíduos colocados pelos clientes.

- Ações destinadas à indústria, comércio, serviços, academia e outras entidades de desenvolvimento tecnológico:

o **Onde Estiver, Recicle Sempre 2023:**

Ação de formação dirigida a empresas clientes SPV, com um total de 50 ações desenvolvidas em 2023.

o **Electrão Tailormade:**

Ação com a Beiesdorf Portuguesa, com a colocação de 5 Ecobolas NIVEA com ecopontos para recolha de resíduos de embalagens, construídas com resíduos de embalagens reciclados, e que promove a sensibilização e correta separação. Campanhas digitais, nas redes sociais, sobre gestão responsável dos resíduos de plástico com a Carvalhelhos, a Vimeiro e a Penacova.

o **Separação de Embalagens da Limpeza Urbana:**

5 Ações de Formação da Electrão, destinadas às autarquias locais para sensibilização do potencial de valorização de embalagens na Limpeza Urbana com apresentação dos resultados do projeto e 2 Sessões de apresentação dos resultados do piloto à Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia, Lisboa eNOVA e SGR.

o **Ação de I&D: “Novo Verde – Packaging Enterprise Awards”:**

Tendo como principal objetivo a identificação dos melhores projetos e soluções competitivas, no âmbito da economia circular e da reciclagem de resíduos de embalagens, a nova edição do programa abriu oportunidade para que a indústria, universidades, comércio, serviços e outras entidades de desenvolvimento tecnológico apresentassem projetos no âmbito do ciclo de vida das embalagens. Os parceiros mantiveram-se, desde a edição anterior: EY e Expresso.

o **Ação de I&D: Observatório dos Plásticos:**

Esta iniciativa setorial, conta com a APIP como parceiro, e pretende desenvolver um inquérito anual à indústria de reciclagem e transformadora de plásticos, permitindo ser um contributo claro e objetivo para a obtenção de dados fidedignos sobre as quantidades de resíduos processados e reciclados produzidos, por polímero, bem como sobre a sua incorporação em novos produtos, entre outra informação relevante (ex: níveis de reciclabilidade).

o **Ação de I&D: Reciclagem dos Plásticos Mistos provenientes do Tratamento Mecânico e Biológico:**

Como forma de contribuir para as metas de reciclagem estabelecidas a nível comunitário, a Novo Verde, em conjunto com as restantes Entidades Gestoras do SIGRE, a Resíduos do Nordeste e a Fuschiafusion, com a coordenação da Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável criaram esta parceria no sentido de encaminhar para reciclagem as embalagens da categoria “plásticos mistos” triadas nas unidades de tratamento mecânico e biológico (TMB), para além das já encaminhadas da recolha seletiva.

o **Outro tipo de ações: Pacto Português para o Plástico:**

Iniciativa coordenada pela Associação Smart Waste, com a participação de entidades parceiras envolvidas na cadeia de valor dos plásticos nacional, aos diversos níveis, o Pacto Português para os Plásticos propõe-se atingir Metas ambiciosas até 2025. Foram realizadas inúmeras reuniões de Grupos de Trabalho (GT): O GT da Reciclagem e 100% Reciclável, GT Materiais Alternativos e ACV, GT Novos Modelos de Negócio, GT Papel.

o **Outro tipo de ações: Better Plastics:**

O projeto 'Better Plastics: Plastics in a Circular Economy', constitui-se como um projeto estratégico do Sector dos Plásticos em Portugal, alavancando a transição do setor rumo a uma economia mais circular e neutra em carbono. Surgindo de uma iniciativa da APIP – Associação Portuguesa da Indústria dos Plásticos, permite mobilizar o sector privado juntamente com as autoridades nacionais, as universidades e os cidadãos, contribuindo para atingir os objetivos europeus em matéria de Economia Circular, redução das emissões de gases com efeito estufa, maior eficiência de recursos e criação de emprego.

## 2. Identificação das medidas regulamentares aplicáveis

No âmbito das ações regulamentares sobre embalagens foram identificadas 6 ações em 2023, abaixo indicadas.

**Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR)** – Aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março](#), constitui o instrumento de planeamento macro da política de resíduos, que estabelece, até ao horizonte de 2030, as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, as prioridades a observar, as metas a atingir e as ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos objetivos nacionais previstos no [Regime Geral de Gestão de Resíduos \(aprovado pelo Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual\)](#). o PNGR 2030 enquadra estrategicamente os dois planos setoriais nacionais que operacionalizam as medidas neste preconizadas: a) Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) e b) Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU).

**Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)** - É um documento de referência para a gestão de resíduos urbanos em Portugal, alinhado com as políticas e estratégias da União Europeia (UE), que contribui para a prevenção de resíduos, para o aumento da preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de valorização dos Resíduos Urbanos. Este Plano acompanha a evolução das políticas de circularidade e de resíduos da UE, incluindo as alterações das [Diretivas Quadro Resíduos \(DRQ\)](#), [Embalagens](#) e [Aterros](#). Especificamente em relação às embalagens, o PERSU segue as diretrizes/orientações da UE, como a Diretiva SUP, transposta para a legislação portuguesa pelo [Decreto-Lei n.º 78/2021, de 24 de setembro](#), entretanto alterado pelo [Decreto-Lei n.º 83/2022, de 9 de dezembro](#). Neste quadro, são estabelecidas metas recolha seletiva de resíduos de garrafas para bebidas de utilização única com capacidade inferior a três litros de 77 % até 2025 e de 90 % até 2029, determinando-se ainda a obrigatoriedade de incorporação de plástico reciclado nas garrafas para bebidas com capacidade inferior a três litros, fabricadas em PET (25% até 2025 e 30% até 2030), e correspondendo ainda ao compromisso de, até 2030, todas as embalagens colocadas no mercado europeu serem reutilizáveis ou recicláveis de forma economicamente viável. O PERSU 2030 foi aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março](#).

**Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU)** – Aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023 de 18 de outubro](#), o PERNU 2030 constitui um novo instrumento de referência da política de resíduos não urbanos em Portugal, estabelecendo a visão, os objetivos, as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro de resíduos não urbanos no período até 2030, substituindo os anteriores planos setoriais: o Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI), o Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI) e o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares (PERH). Operacionaliza as medidas previstas visando o cumprimento das metas

e objetivos UE no âmbito das embalagens de produtos industriais, em linha com a Estratégia Europeia para os Plásticos, designadamente, a redução de embalagens supérfluas e a disponibilização de embalagens reutilizáveis, no sentido de assegurar, até 2030, que todas as embalagens de plástico colocadas no mercado da União sejam reutilizáveis ou facilmente recicláveis.

**Revogada a Portaria n.º 331-E/2021**, de 31 de dezembro **pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro** (Lei do Orçamento de Estado 2024), com efeitos a 1 de janeiro de 2024. Esta Portaria procedia à “regulamentação da contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou de alumínio, ou multimaterial com plástico ou com alumínio, a serem adquiridas em refeições prontas a consumir (prevista na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro)”, posteriormente também aplicável às embalagens primárias “adquiridas em refeições prontas a consumir, nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio”, por via de alteração que lhe era conferida pela Portaria n.º 312 C/2022, de 30 dezembro.

**Decisão de Execução (UE) 2023/2683 da Comissão de 30 de novembro de 2023** - Estabelece regras de execução da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante ao cálculo, à verificação e à comunicação de dados relativos ao teor de plástico reciclado das garrafas de plástico de utilização única para bebidas.

**Decisão de Execução (UE) 2023/1060 da Comissão de 30 de maio de 2023** - Relativa a norma harmonizada para os métodos de ensaio e requisitos para demonstrar que as cápsulas e tampas de plástico permanecem presas aos recipientes de bebidas, elaborada em apoio da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Entidade: APA

## Referências Bibliográficas

1. Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME). Global Burden Disease Portugal Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME);
2. Barreto M, Gaio V, Kislalal I, Antunes L, Rodrigues A P, Silva A C, et al. 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): Estado de Saúde. Lisboa: INSA IP; 2016.
3. Ana Rito, Mendes S, Figueira I, Carvalho R, Santos T, Cardoso S, et al. Childhood Obesity Surveillance Initiative. COSI Portugal 2022. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge; 2023. Disponível em: <http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/8630>
4. Indicator C.26, CMEF 2014-2020 - Context indicators1 (update January 2023). Disponível em: [https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-01/context-indicator-fiches\\_en.pdf](https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-01/context-indicator-fiches_en.pdf).
5. Indicador C.26, Context and Impact indicators 14/02/2023 – Version 8.0. Disponível em: [https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators\\_en.pdf](https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators_en.pdf).
6. Harris WS, Schacky Cv. The Omega-3 Index: a new risk factor for death from coronary heart disease? Prev Med. 2004; 39:212– 20.
7. Instituto Nacional de Estatística. Balança Alimentar Portuguesa - 2016 - 2020. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P.; 2021. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=437140067&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=437140067&PUBLICACOESmodo=2).
8. Gregório MJo, Sousa SMd, Chkoniya V, Graça P. Estudo de adesão ao padrão alimentar mediterrânico. Lisboa: Direção Geral da Saúde; 2020. Disponível em: <https://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2020/10/Estudo-de-adesão-ao-padrão-alimentar-mediterrânico.pdf>.
9. Mendonça N, Gregório MJ, Salvador C, Henriques AR, Canhão H, Rodrigues AM. Low Adherence to the Mediterranean Diet Is Associated with Poor Socioeconomic Status and Younger Age: A Cross-Sectional Analysis of the EpiDoC Cohort. Nutrients. 2022; 14(6):1239.
10. Instituto Nacional de Estatística (INE). Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa (%) da população residente; Anual. Portal do INE. 2024. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0011826&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011826&contexto=bd&selTab=tab2)
11. Instituto Nacional de Estatística (INE). Índice de Preços no Consumidor. Portal do INE. 2023. Disponível em: [https://www.ine.pt/portal/xmain?xpid=INE&xpigid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=5947409688&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/portal/xmain?xpid=INE&xpigid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=5947409688&DESTAQUESmodo=2)
12. Lopes C, Torres D, Oliveira A, Severo M, Alarcão V, Guiomar S, et al. Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, IAN-AF 2015-2016: Relatório de resultados. Universidade do Porto; 2017.
13. Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. Redução do Teor de Sal e Açúcar nos Alimentos I Relatório do Progresso de Reformulação dos Produtos Alimentares em Portugal 2018-2021. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2022.
14. PESSOAS 2030. Conheça o Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão – PESSOAS 2030. 2024. Disponível em: <https://pessoas2030.gov.pt/o-pessoas-2030/>

### Medida 3.1 Elaborar relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 3

PAC	<b>Manutenção da atividade produtiva em todas as regiões, assegurando a resiliência agrícola, a ocupação e vitalidade das zonas rurais</b>		
Indicadores			
<b>1. Grau de organização da produção em organizações de produtores nos setores das frutas e produtos hortícolas, dos cereais e das carnes</b>			
<p>O regime de reconhecimento das organizações de produtores (OP) em Portugal é regulado pela <a href="#">Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro</a>.</p> <p>Este regime visa promover a organização da produção, com vista a reforçar a posição negocial dos produtores na cadeia de abastecimento e de valor agroalimentar, por via da concentração da oferta. Este tipo de organização traduz-se numa economia de escala, com ganhos para os produtores a vários níveis. Entre as principais vantagens que este regime introduz, destacam-se a redução dos custos de produção, o acesso a aconselhamento e meios técnicos, a facilitação do acesso a financiamento, tecnologias e canais comerciais, e alguns mecanismos de salvaguarda do rendimento em condições adversas.</p> <p>A par dos benefícios que este tipo de organização representa para a produção, afeta também positivamente toda a cadeia de abastecimento agroalimentar, nomeadamente, ao permitir aos outros operadores trabalhar com menos fornecedores e criar uma maior capacidade de adaptação às tendências de mercado.</p> <p>Em Portugal, em 2020 havia 128 OP reconhecidas, das quais 93 nos setores das carnes, cereais, das frutas e produtos hortícolas e leite. Em 2021 esse número reduziu-se para 126, mantendo-se 90 reconhecidas nos setores indicados, já em 2022 o número de Organizações de Produtores total é de 123 sendo de 89 nos setores abaixo indicados:</p>			
	2020	2021	2022
CARNE DE BOVINO	9	8	8
CARNE DE SUÍNO	6	6	6
CARNE DE OVINO E CAPRINO	3	3	3
CEREAIS, OLEAGINOSAS E PROTEAGINOSAS, INCLUINDO MILHO	14	14	14
FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS	57	54	53
LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS DE VACA	4	5	5
<p>Os setores dos cereais e das frutas e produtos hortícolas são aqueles que apresentam maior número de reconhecimentos ativos, representando 11% e 43% em 2022, respetivamente. Já o setor dos ovinos e caprinos tem uma representatividade muito baixa.</p> <p>O grau de organização dos setores representa o peso que a produção organizada apresenta face à produção nacional, em valor. Globalmente, como se pode constatar no quadro seguinte, não se verifica praticamente nenhuma alteração ao nível do grau de organização destes setores entre 2020 e 2022, o qual é muito baixo no setor das carnes, com exceção do setor da carne de suíno, cerca de 1/3.</p>			

	2020	2021	2022
CARNE DE BOVINO	4%	4%	5%
CARNE DE SUÍNO	29%	29%	29%
CARNE DE OVINO E CAPRINO	0,63%	0,49%	0,46%
CEREAIS, OLEAGINOSAS E PROTEAGINOSAS, INCLUINDO MILHO	30%	29%	25%
FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS*	19%	17%	21%
LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS DE VACA	39%	40%	41%

Fonte: INE (CEA). Valores provisórios para 2022

\*Valores provisórios

## 2. Número de setores principais da produção agroalimentar com organização interprofissional reconhecida

As Organizações Interprofissionais são organizações sem fins lucrativos reconhecidas pela tutela da Agricultura, mediante parecer técnico do GPP. Rege-se pelos seguintes diplomas:

1. [Lei nº 123/97](#), de 13 de novembro - Estabelece as bases do interprofissionalismo agroalimentar
2. [Portaria nº 967/98](#), de 12 de novembro - Estabelece as regras de aplicação do regime de reconhecimento das organizações interprofissionais. Alterada por: [Portaria nº 35/2008](#), de 11 de janeiro
3. [Decreto-Lei nº 376/98](#) de 24 de novembro - Estabelece a representatividade das organizações de âmbito nacional ou de âmbito regional ou local, por fileira agroalimentar e para cada estágio dessa fileira, para aderirem às organizações interprofissionais quando estiver em causa um produto específico

São constituídas por estruturas representativas das atividades económicas ligadas à produção e a, pelo menos, uma das seguintes fases da cadeia de abastecimento: a transformação ou a comercialização, incluindo a distribuição de produtos agroalimentares (podem ainda incluir representantes dos consumidores).

Têm como objetivos principais:

- ✓ Contribuir para um melhor conhecimento e transparência da produção e do mercado, designadamente através da publicação de informação estatística agregada (custos de produção, preços, índices de preços, volume e duração dos contratos celebrados) e da análise de tendências;
- ✓ Prever o potencial da produção e registar os preços nos mercados públicos;
- ✓ Contribuir para o estabelecimento das relações contratuais entre os agentes económicos e elaborar contratos-tipo compatíveis com as regras da UE;
- ✓ Promover programas de investigação/inação e desenvolvimento, com vista a obter maior valorização do potencial dos produtos e melhores adaptações às necessidades dos mercados;
- ✓ Explorar potenciais mercados de exportação e desenvolver ações de promoção de produtos agroalimentares nos mercados interno e externo;

- ✓ Incentivar/contribuir para assegurar controlos sanitários e de qualidade ao nível da produção, da transformação e do acondicionamento do produto final;
- ✓ Contribuir para a defesa do ambiente, através da implantação de soluções que conjuguem óticas de sustentabilidade económica e ambiental;
- ✓ Desenvolver ações tendentes a garantir um equilíbrio adequado da oferta e da procura no setor respetivo;
- ✓ Contribuir para a certificação do produto final, promovendo a agricultura biológica e as denominações de origem, as marcas de qualidade e as indicações geográficas

A primeira OI a ser reconhecida foi no setor do leite e produtos lácteos em 2008. Atualmente encontram-se reconhecidas 5 OI representando os setores do Leite e Produtos Lácteos, do Arroz, do Vinho, do Azeite, da Azeitona e seus derivados, e da Carne de Porco.

Assim temos:

ALIP - Associação Interprofissional do Leite e Lacticínios (2008)

CASA DO ARROZ - Associação Interprofissional do Arroz (2012)

VINI PORTUGAL - Associação Interprofissional para Promoção dos Vinhos Portugueses (2015)

AIFO - Associação Interprofissional da Fileira Olivícola (2015)

FILPORC - Associação Interprofissional da Fileira da Carne de Porco (2019)

Entidade: GPP

ENM	<p>Implementar Roteiros Nacionais para a aquicultura offshore e de recirculação, estimulando atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação orientadas para oferta de soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento de sistemas de aquicultura offshore e de recirculação.</p> <p>Apostar na valorização de produtos e coprodutos resultantes da pesca e da aquicultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos subprodutos, bem como a certificação da sua sustentabilidade.</p> <p>Fomentar a valorização do pescado pela aposta continuada na inovação, na melhoria das condições de trabalho a bordo, na segurança, na eficiência energética, no acondicionamento e na rastreabilidade molecular da origem do pescado.</p> <p>Reconverter a pesca nacional até 2030 num dos setores mais sustentáveis e de baixo impacto a nível mundial, estimulando a afetação de subsídios à promoção da pesca sustentável e eliminando os subsídios prejudiciais à conservação do ambiente marinho.</p> <p>Reforçar a utilização de artes de pesca seletivas, biodegradáveis e de baixo impacto sobre os ecossistemas e sobre as espécies mais vulneráveis às capturas acidentais.</p> <p>Promover a investigação aplicada e o melhor conhecimento científico do estado dos recursos e dos valores naturais através de um trabalho conjunto de cientistas, pescadores e indústria, para garantir a gestão dos recursos equilibrada tendo em conta os pilares ambiental, económico e social da atividade da pesca.</p> <p>Criar incentivos à introdução de tecnologias de produção inovadoras e mais eficientes na aquicultura e de novos sistemas de operação e controlo, em particular, os que viabilizem operações remotas e digitais de manutenção das infraestruturas e da produção.</p> <p>Privilegiar o desenvolvimento da aquicultura sustentável e circular, quer em mar aberto quer em águas de transição e interiores, e estimular a produção multitrófica e em circuito fechado.</p> <p>Continuar a apostar na inovação de produtos, processos e mercados e na oferta diversificada de produtos do mar (selvagem e de aquicultura) de alta qualidade.</p> <p>Fomentar os circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor.</p> <p>Estender a todo o país as lotas 4.0 e a lota móvel, aumentando o apoio às pequenas comunidades piscatórias.</p> <p>Desenvolver métodos inovadores para garantir a segurança dos produtos da pesca e aquicultura, antes da sua transformação.</p>
-----	--

## Indicadores

### **1. Privilegiar o desenvolvimento da aquicultura sustentável e circular, quer em mar aberto quer em águas de transição e interiores, e estimular a produção em circuito fechado:**

#### **1.1 Evolução da produção aquícola nacional**

2020/21 – **5,0%**

Ao longo dos últimos anos a produção aquícola nacional aumentou, tendo evoluído de 9 561 toneladas em 2015 para 17 900 toneladas em 2021, representando um valor de 162,8 milhões de euros (100,0 milhões de euros em 2020), ou seja, um acréscimo de 62,9%, tendo as quantidades vendidas registado um aumento de 35,4%.

A estrutura da aquicultura em Portugal mostra que a produção em águas de transição e marinhas (17 032 toneladas em 2021) é preponderante, correspondendo a 95,2% da produção total.

Relativamente aos regimes de exploração, a produção de aquicultura em águas interiores (868 toneladas) manteve-se exclusivamente intensiva. Na aquicultura praticada em águas marinhas e de transição, apesar do regime extensivo ter registado 52,6% do total da produção aquícola em 2021, viu o seu peso diminuir (60,8% em 2010), tendo os regimes intensivo (38,2%) e semi-intensivo (9,2%) apresentado reforços face ao ano anterior de 5,6 p.p. e 2,6 p.p., respetivamente.

A produção de peixes em águas de transição e marinhas (7 912 toneladas) aumentou 27,0%, tendo representado 44,2% da produção total, face a 36,7% em 2020.

Pelo contrário, produção de moluscos em aquicultura (9 120 toneladas) diminuiu 7,5%, tendo representado 50,9% da produção aquícola total, face a 58,0% em 2020.

A produção em águas interiores contabilizou 4,8% do total, tendo sido inferior à de 2020 em 4,1%, com 868 toneladas, constituídas quase exclusivamente por trutas.

Constata-se assim que a produção de espécies piscícolas em 2021, com uma representação de 44% da produção total, mantém uma tendência de crescimento face aos anos anteriores, refletindo a execução dos objetivos estratégicos espelhados no Plano Estratégico para a Aquicultura 2014-2020. O atual Plano Estratégico para a Aquicultura 2021-2023, apresenta como objetivo estratégico nacional aumentar e diversificar a oferta de produtos da aquicultura nacional, tendo por base princípios de sustentabilidade ambiental, coesão social, bem-estar animal, qualidade e segurança alimentar.

Considerando o esforço já realizado com vista ao ordenamento do espaço marítimo, nomeadamente com a criação de áreas de produção aquícola, a aquicultura apresenta um forte potencial de crescimento nos próximos anos, sobretudo no que concerne à exploração de novas áreas em mar aberto. Perspetivando-se, como objetivo quantificado para o horizonte temporal 2021-2030, conforme o disposto na Agenda 3 da Estratégia de Portugal 2030, alcançar, atingir ou mesmo superar, durante este período de programação, uma produção de 25 000 toneladas.

#### **1.2 Percentagem da produção aquícola associada aos RAS em relação à produção aquícola nacional**

2021 – **22%**

As características das unidades produtivas em regime de recirculação (RAS) respeitam a legislação ambiental vigente com o objetivo de torná-las integráveis no ambiente e terem impacto reduzido no mesmo, em particular quando é utilizada tecnologia de recirculação.

O sistema fechado de recirculação de água (RAS) melhora substancialmente a qualidade da água e do efluente, pois é mais eficiente na remoção dos poluentes orgânicos, reduzindo o consumo de água, melhorando o bem-estar animal, reduzindo o risco de doenças, aumentando a produtividade do estabelecimento, permitindo um planeamento exato da produção do mesmo e diminuindo o impacto ambiental.

Em sistema RAS são produzidos peixes planos (pregado e linguado), representando 22% da produção aquícola nacional em 2021. Acresce referir que se encontram em fase de desenvolvimento e instalação novos projetos aquícolas com a utilização deste sistema.

No sistema RAS, incentiva-se a utilização de fontes de energias renováveis, como painéis solares e energia eólica. No decorrer de 2022 foram promovidos avisos direcionados aos investimentos no âmbito da transição energética com vista à eficiência e eficácia na utilização de energias renováveis.

Entidade: IPMA, DGRM e Docapesca

PARCA	Implementação do Código de Boas Práticas na cadeia agroalimentar
Indicadores	
<p><b>1. N.º de empresas/agentes económicos aderentes por segmento da cadeia</b></p> <p>São 45 empresas as aderentes ao Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar (CdBPC) cobrindo os diferentes segmentos da Cadeia Agroalimentar:</p> <p>9- Agricultura  21- Indústria Transformadora  6 – Comércio Grossista  9- Comércio Retalhista</p> <p>Os números apresentados não conheceram qualquer evolução nos últimos anos.</p> <p>O <a href="#">Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar</a> é o resultado de um compromisso entre 6 grupos de interesses a nível nacional, representativos de todos os elos da cadeia agroalimentar: A APED; CAP; CCP; CIP; CNA e CONFAGRI.</p> <p>O Código tem como objetivo a melhoria do relacionamento comercial entre agentes económicos, fundamental para assegurar um desejável equilíbrio e cooperação entre as partes, não apenas em defesa dos seus interesses, mas também em defesa dos interesses dos consumidores.</p> <p>O Código visa também assegurar que a resolução de litígios seja abordada de forma leal e transparente, através da criação de um mecanismo eficaz de resolução de litígios entre as associadas das Partes Subscritoras.</p> <p><b>2. N.º reuniões PARCA/ano e n.º subgrupos de trabalho criados ou subcomissões para resolução de crises em setores específicos na cadeia agroalimentar (Ex: Suínos, Leite, etc.)</b></p> <p>A PARCA criada através do <a href="#">Despacho nº 15480/2011 de 15 de novembro</a>; alterado pelo Despacho n.º 7707/2015, de 6 de julho e pelo Despacho n.º 4999/2023, de 17 de abril, Visa promover a análise das relações entre os sectores de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia alimentar.</p> <p>Nº Reuniões PARCA (2021) – 2  Nº Reuniões da Subcomissão específica do setor Leite e produtos lácteos (Despacho nº 8819/2021 de 7 de setembro) – 5  Nº Reuniões PARCA (2022) – 2  Nº Reuniões PARCA (2023) – 3</p> <p><b>3. Acordos voluntários ou existência de Código de Boas Práticas no setor</b></p> <p>O Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar é o resultado de um compromisso entre 6 grupos de interesse a nível nacional, representativos de todos os elos da cadeia agroalimentar, foi subscrito e assinado em Dezembro de 2016, inspirado no homólogo Europeu (2013), o qual foi entretanto foi descontinuado.</p> <p>Ver mais em <a href="http://www.boaspraticas.pt/sobre-o-codigo">http://www.boaspraticas.pt/sobre-o-codigo</a></p>	
Entidade: GPP	

ENCDA	Desenvolver o sistema de medição do desperdício nas diferentes fases da cadeia
-------	--

Indicadores

**1. Nível anual do desperdício alimentar, por segmento da cadeia, face ao ano 2020 (a medir a partir de 2020 em diante)**

O Combate ao Desperdício em Portugal tem o seu enquadramento institucional através do [Despacho 14202-B/2016 de 25 de novembro de 2016](#) que procede à criação da Comissão Nacional e a sua Estratégia Nacional (ENCDA) e respetivo Plano de Ação (PACDA) que decorre da [RCM nº 46/2018 de 5 de abril](#).

Elo da Cadeia	Desperdício alimentar	
	Novos dados INE de 2020 De 30/06/2023	Novos dados INE de 2021 De 30/06/2023
Produção Primária (+ 24,6%)	101 384	126 392
Indústria Alimentar (+21,9%)	61 719	75 257
Comércio e Distribuição Alimentar (+5%)	214 233	224 838
Restauração, Hotelaria e similares (+1%)	161 399	162 903
Famílias (+1%)	1 273 572	1 285 442
<b>TOTAL (+3,5%)</b>	<b>1 812 307</b>	<b>1 874 832</b>

NOTA: Unidade: Tonelada (t)

Após uma primeira divulgação de números relacionados com a Monitorização efetiva do Desperdício Alimentar, com dados quantificados por elo da cadeia agroalimentar, em junho de 2022, cumprindo PT igualmente com a sua obrigação junto da Comissão Europeia, tendo por ano base/ano zero o ano de 2020, o INE voltou a notificar a Comissão em Junho de 2023 com dados relativos a 2021. Este exercício, não isento de desafios e condicionantes na sua implementação, até por ter sido pioneiro, constituía em si mesmo um dos grandes desideratos da CNCDA bem evidenciada na sua Estratégia Nacional e respetivo Plano de ação, ao contemplar duas medidas destinadas a este propósito (M5 e M12).

De referir ainda que face aos números de 2020 comunicados em junho de 2022, o INE procedeu a uma retificação dos mesmos em junho de 2023, pelo que se apresentam os dados comparativos das duas comunicações (Dados 2020 e 2021 comunicados em 30/06/2023).

Os dados foram transmitidos pelo INE à Comissão dando cumprimento à Decisão Delegada (UE) 2019/1597 da Comissão de 3 de maio de 2019.

Os mesmos traduzem-se num agravamento do problema do Desperdício alimentar em PT em cerca de 3,5 % face aos dados comunicados anteriormente.

2. Nº selos atribuídos no âmbito da Medida 6 do PACDA da Estratégia Nacional “Identificar BP de Combate ao Desperdício Alimentar”

À data de 31/12/2023, haviam sido atribuídos 45 selos Distintivos da CNCDA, cobrindo os distintos elos da Cadeia Agroalimentar, comparativamente em 2022, haviam sido entregues apenas 25 selos, registando-se assim no período homólogo um crescimento de quase 80%.

Para um maior detalhamento do assunto e sua distribuição por elo da cadeia agroalimentar ou região do País poderá consultar [aqui](#) mais informação.

**Nº iniciativas de Boas Práticas publicadas no site institucional da CNCDA em [www.cncda.gov.pt](http://www.cncda.gov.pt)**

Foram publicadas e publicadas no site institucional da Comissão Nacional cerca de 20 iniciativas de BP de Combate ao Desperdício Alimentar.

4. Dados da Medida 11 do PACDA, ao nível do protocolo estabelecido com a APED para “Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício”

Esta Medida constituiu um êxito assinalável com cerca de 2.604 lojas abrangidas com esta medida em 2021, que representaram 45% de aumento face ao valor que se verificava em 2020 (cerca de 1.800 lojas).

O acordo previa a identificação de boas práticas que assegurassem a venda de produtos em risco de desperdício, identificando os produtos com data de validade próxima do seu termo com uma etiqueta específica e a depreciação do seu preço, acompanhado de um sistema de monitorização e quantificação dos produtos vendidos ou doados.

Em 2022 verificou-se ainda um acréscimo de 12,5% nos produtos salvos de desperdício face ao ano de 2021, com a comercialização de mais de 27 mil toneladas de produtos que estavam prestes a atingir a data de validade. Estes números comparam com 2023, onde se evitou com esta Medida o desperdício de cerca de 27 mil toneladas, envolvendo um total de 2 676 lojas.

No âmbito da sua responsabilidade social, os Associados da APED, em 2022 e 2023, procederam à Doação de 26 mil toneladas e de cerca de 25 mil respetivamente, junto de diversas Instituições de Solidariedade Social.

Entidade: GPP e APED

PAEC	<p>O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) pretende contribuir para a concretização de objetivos definidos em diferentes planos e estratégias que visam a transição para uma economia mais circular, na qual o valor dos produtos, dos materiais e dos recursos é mantido em circulação durante o maior tempo possível, a extração de materiais e a produção de resíduos é minimizada.</p> <p>O primeiro PAEC nacional foi aprovado em dezembro de 2017 (<a href="#">RCM n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro</a>) e a estrutura do documento seguiu uma abordagem tripartida assente em 7 ações macro/nacionais, meso (ou setoriais) e micro (ou regionais/locais), que contribuem igualmente para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 das Nações Unidas.</p> <p>As ações macro, de âmbito estrutural, visam produzir efeitos transversais e sistémicos que potenciem a apropriação de princípios da economia circular pela sociedade.</p> <p>No caso particular da ação 4 – Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável (Consumo – Resíduos, subprodutos e matérias-primas secundárias) foram definidos os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e monitorizar a realidade nacional em matéria de desperdício alimentar na cadeia de valor;</li> <li>• Diminuir a produção de resíduos orgânicos e aumentar a produtividade da cadeia de valor, sobretudo dos setores ligados à indústria alimentar, contribuindo para a conservação dos recursos naturais;</li> <li>• Contribuir para a educação do produtor/consumidor.</li> </ul> <p>Os setores-chave abrangidos por esta ação são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção agrícola, agroindústria, pesca, aquicultura e indústria de pescado;</li> <li>• Distribuição, retalho e canal HORECA;</li> <li>• Municípios, sociedade civil e consumidor.</li> </ul> <p>Conforme o relatório de Balanço das Atividades do PAEC 2017-2020 e dos resultados alcançados entre 2018 e 2020, a ação 4 registou uma taxa de concretização de 86% (6 orientações das 7 preconizadas). A única orientação não concretizada refere-se à revisão da legislação associada à doação de bens alimentares em articulação com as orientações europeias (C(2017) 6872 final). Para colmatar esta situação, está previsto na agenda setorial Agroalimentar do novo PAEC II (2024-2030), recentemente colocado à Consulta Pública, uma ação específica que visa agilizar o processo de doação de bens alimentares através da revisão da legislação respetiva e da eventual simplificação e digitalização do processo, salvaguardando a segurança alimentar.</p>
------	--

## Indicadores

### 1. N.º de ações regulamentares

No âmbito das ações regulamentares foram identificadas 6 ações em 2023, abaixo indicadas:

**Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR)** – Aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março](#), constitui o instrumento de planeamento macro da política de resíduos, que estabelece, até ao horizonte de 2030, as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, as prioridades a observar, as metas a atingir e as ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos objetivos nacionais previstos no [Regime Geral de Gestão de Resíduos \(aprovado pelo Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual\)](#). O PNGR 2030 enquadra estrategicamente os dois planos setoriais nacionais que operacionalizam as medidas neste preconizadas: a) Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) e b) Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU).

**Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)** – É um documento de referência para a gestão de resíduos urbanos em Portugal, alinhado com as políticas e estratégias da União Europeia (UE), que contribui para a prevenção de resíduos, para o aumento da preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de valorização dos Resíduos Urbanos. Este Plano acompanha a evolução das políticas de circularidade e de resíduos da UE, incluindo as alterações das [Diretivas Quadro Resíduos \(DRQ\)](#), [Embalagens](#) e [Aterros](#). Especificamente em relação às embalagens, o PERSU segue as diretrizes/orientações da UE, como a Diretiva SUP, transposta para a legislação portuguesa pelo [Decreto-Lei n.º 78/2021, de 24 de setembro](#), entretanto alterado pelo [Decreto-Lei n.º 83/2022, de 9 de dezembro](#). Neste quadro, são estabelecidas metas de recolha seletiva de resíduos de garrafas para bebidas de utilização única com capacidade inferior a três litros de 77 % até 2025 e de 90 % até 2029, determinando-se ainda a obrigatoriedade de incorporação de plástico reciclado nas garrafas para bebidas com capacidade inferior a três litros, fabricadas em PET (25% até 2025 e 30% até 2030), e correspondendo ainda ao compromisso de, até 2030, todas as embalagens colocadas no mercado europeu serem reutilizáveis ou recicláveis de forma economicamente viável. O PERSU 2030 foi aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março](#).

**Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU)** – Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023 de 18 de outubro, o PERNU 2030 constitui um novo instrumento de referência da política de resíduos não urbanos em Portugal, estabelecendo a visão, os objetivos, as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro de resíduos não urbanos no período até 2030, substituindo os anteriores planos setoriais: o Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI), o Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI) e o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares (PERH). Operacionaliza as medidas previstas visando o cumprimento das metas e objetivos UE no âmbito das embalagens de produtos industriais, em linha com a Estratégia Europeia para os Plásticos, designadamente, a redução de embalagens supérfluas e a disponibilização de embalagens reutilizáveis, no sentido de assegurar, até 2030, que todas as embalagens de plástico colocadas no mercado da União sejam reutilizáveis ou facilmente recicláveis.

**A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro** (Lei do Orçamento de Estado 2024), com efeitos a 1 de janeiro de 2024, revogou a Portaria n.º 331-E/2021, de 31 de dezembro, que procedia à

“regulamentação da contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou de alumínio, ou multimaterial com plástico ou com alumínio, a serem adquiridas em refeições prontas a consumir (prevista na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro)”, posteriormente também aplicável às embalagens primárias “adquiridas em refeições prontas a consumir, nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio”, por via de alteração que lhe foi conferida pela Portaria n.º 312 C/2022, de 30 de dezembro.

**Decisão de Execução (UE) 2023/2683 da Comissão de 30 de novembro de 2023** – Estabelece regras de execução da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante ao cálculo, à verificação e à comunicação de dados relativos ao teor de plástico reciclado das garrafas de plástico de utilização única para bebidas.

**Decisão de Execução (UE) 2023/1060 da Comissão de 30 de maio de 2023** – Relativa a norma harmonizada para os métodos de ensaio e requisitos para demonstrar que as cápsulas e tampas de plástico permanecem presas aos recipientes de bebidas, elaborada em apoio da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho.

## 2. N.º de ações de comunicação e divulgação

No decorrer do ano 2023, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. promoveu sessões de esclarecimento relativas aos diferentes diplomas regulamentares, destinadas a diferentes públicos-alvo, designadamente a produtores/embaladores de produtos e intervenientes do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens:

- 2 sessões de esclarecimento sobre a implementação da Diretiva SUP (Diretiva (UE) 2019/904);
- 9 sessões de esclarecimento sobre o registo de produtores/embaladores de produtos, no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), no âmbito das embalagens;
- Realização da II Conferência SDR Portugal - Economia Circular e Inovação;
- *Webinar* "Acelerar 2025" sobre o Tratado Global para os Plásticos - Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens.

Em matéria de resíduos efetuou ainda nas Regiões Autónomas 2 sessões de sensibilização e informação sobre o desperdício alimentar, nomeadamente legislação e orientações em vigor, medição e estratégias de prevenção.

No âmbito do novo Plano de Ação para a Economia Circular (PAECII), foram realizadas 3 ações de divulgação vocacionadas para as estruturas confederativas/associativas de diversos setores que relevam para o âmbito da presente estratégia, a saber: agroalimentar, distribuição e retalho, e plásticos.

Em cumprimento do estabelecido nas respetivas licenças e legislação em vigor, as entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos devem – [de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos pela APA, I.P. e DGAE](#) – promover ações e/ou projetos de Sensibilização, Comunicação e Educação (S, C&E) e de Investigação e Desenvolvimento (I&D) destinadas a distintos intervenientes que contribuam, entre outros objetivos, para informar/educar sobre práticas de consumo sustentável; materiais que constituem cada um dos fluxos de resíduos, e o impacte dos mesmos no ambiente e na saúde humana. Neste âmbito podemos evidenciar diversas ações promovidas no decorrer do ano 2023 pela Sociedade Ponto Verde, pela Novo Verde e pela Eletrão, enquanto entidades gestoras do sistema integrado de resíduos de embalagens (SIGRE), das quais se destacam:

- Ações destinadas à comunidade escolar:

- **Academia Ponto Verde**

Plataforma *online* para dinamização e desenvolvimento de iniciativas de promoção da reciclagem de embalagens e implementação de ações, nas escolas e na comunidade, num compromisso de proteção do ambiente. Em 2023 abrangeu 80 escolas de Norte a Sul do país, abrangendo 4 639 alunos.

- **Recicla Mania em 2023:**

Atividade pedagógica realizada nas praias, em formato de jogos de tabuleiro, que se destina sobretudo a grupos de estudantes integrados em colónias de férias após o término do ano letivo, com o objetivo de ajudar a esclarecer dúvidas e ensinar boas práticas sobre a separação de resíduos, incluindo a colocação correta de embalagens nos ecopontos. De 3 a 28 de julho a Sociedade Ponto Verde implementou a segunda edição do projeto, que durou 20 dias e passou por 19 praias, 3 das quais fluviais, nas regiões de Lisboa, Algarve, Centro e Porto. Os resultados alcançados neste período traduziram-se no contacto com 72 escolas e colónias de férias e mais de 2300 crianças e educadores envolvidos. Em notícias estes números refletiram-se em 67 notícias e referências em redes sociais. Foram feitas 9 reportagens, em TV, imprensa e rádio.

- **Escola Electrão:**

Parceria com a campanha “Ecovalor” da EGF para recolha de embalagens nas escolas, disponibilização de materiais para sensibilização, como o livro “Electrão, “Conheço bem muito obrigada!”, desafio “Repórter Electrão” para desenvolvimento de trabalhos nas escolas sobre reciclagem de embalagens.

- **Ação “Transformar”:**

10 ações de sensibilização em praias para a comunidade escolar, por parte da Electrão, visando a sensibilização, comunicação e educação para a correta separação e encaminhamento de embalagens de plástico para reciclagem.

- **Electrão Open Day:**

Visita à Amarsul, com alunos e professores dos 7º e 8º anos do Agrupamento de Escolas de Santo António da Charneca, Barreiro.

- **Ação de SCE: Geração Verdão:**

Programa de sensibilização e educação ambiental da Novo Verde que visa contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de reciclagem em Portugal através da formação e educação das crianças de hoje, adultos de amanhã, no contexto escolar.

- **Ação Conversas com Energia:**

Ciclos de conversas destinadas a promover o conhecimento e o diálogo sobre os desafios da emergência climática, energia e sustentabilidade, numa parceria entre a Novo Verde, a Fundação EDP e o MAAT. Esta iniciativa abrange escolas privadas, públicas e TEIP (programa destinado a Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), com alunos desde o 5º ano até estudantes universitários, abrangendo diversos temas, incluindo o tema das embalagens de plástico.

- **Exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo”:**

Em 2023 a Novo Verde apoiou a exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo” no MAAT, tendo efetuado visitas guiadas.

- **Há Festa no Parque:**

Evento da Câmara Municipal de Mafra, que celebrou o Dia Mundial da Criança, e que contou com a presença de diversas entidades, nomeadamente a Novo Verde que proporcionou momentos lúdicos de diversão e aprendizagem para as crianças e famílias, sensibilizando-as para diversos temas relacionados com a proteção ambiental.

- **Festa Dia da Criança:** A Novo Verde juntou-se à Firmo, marca de material escolar, lançando a campanha conjunta “Reciclar é o que está a dar”, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a importância da reciclagem de embalagens e para a adoção de comportamentos mais sustentáveis, especialmente no que toca à aquisição de material no arranque do contexto escolar.

- Ações destinadas aos cidadãos:

- **A App “Acerta e Recicla”:**

Aplicação *online* composta por vários jogos e quizzes sobre o tema da reciclagem de embalagens visando ser uma plataforma de partilha de práticas que incentivam os portugueses a reciclar mais e melhor as embalagens do dia a dia. A primeira vaga, de lançamento, focada na reciclagem de embalagens em Portugal, teve 27.332 cidadãos a jogar, 13.922 pessoas a instalar a A&R pela mecânica *Member Get Member*, 16.957.753 Visualizações e +11.800 pessoas impactadas em 12 cidades. A segunda vaga, focada na reciclagem do vidro para ajudar no atingimento de metas, teve 14.793 cidadãos a jogar, 11.592 pessoas a entrar pela mecânica *Member Get Member* e 18.645.038 visualizações em digital. A terceira vaga, em dezembro, obteve: 32.312 cidadãos a jogar, 15.758 no *Member Get Member*, 30.087.485 visualizações em digital e milhares de pessoas impactadas nos mercados de Natal como *Wonderland* e *Cascais Village*, e ações de rua na Baixa do Porto. As três campanhas de divulgação da nova App Acerta & Recicla, geraram 1 178 387 perguntas respondidas, 41 725 utilizadores trazidos por amigos, mais de 29 mil interações nas redes sociais.

- **Ação Transformar:**

40 ações de sensibilização em praia para toda a comunidade.

- **Ativações Electrão:**

Dinâmicas como jogos sobre a correta separação de embalagens de plástico em eventos, como “Há Festa no Parque em Mafra e Setúbal, Evento Academia do Benfica, Cidade do Zero.

- **Ação “Faz pelo Planeta”:**

Movimento para inspirar, identificar e apoiar projetos que promovam a educação ambiental para consumo sustentável, correta separação e deposição de embalagens de plástico, mas também projetos de limpeza de resíduos de embalagens com o intuito de proteger os ecossistemas marinhos, e projetos de reciclagem dos resíduos de embalagens de plástico recolhidos.

- **Sistema de Incentivo e Depósito:**

Sensibilização e incentivo à correta separação e deposição de embalagens de plástico, com 3 máquinas em funcionamento nas lojas Lidl do concelho de Mafra.

- **Electrão Tailormade:**

Instalação de Ecobolas com ecopontos, construídos com embalagens de plástico reciclado, para sensibilização e correta separação dos resíduos, campanhas digitais sobre gestão responsável de resíduos de plástico.

- **Onde reciclar.pt:**

Jogo online interativo sobre reciclagem, incluindo de embalagens de plástico.

- **Campanhas Publicitárias Electrão:**

Campanha digital sobre onde reciclar vários tipos de embalagens de plástico e sobre os mitos associados a este material.

- **SIGR Electrão:**

Campanha e ações sobre reciclagem de embalagens, incluindo embalagens de plástico, no contexto da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2023, incluindo uma sessão de formação com a DRAA.

- **“Reciclar é a Nossa Praia, *International Coastal Cleanup Day*”:** Campanha retomada pela Novo Verde, pelo 3º ano consecutivo, em parceria com a *Sailors For The Sea Portugal*, que se realizou em 9 concelhos de norte a sul do país, durante uma semana. A iniciativa pretendeu sensibilizar comunidades locais para o impacto dos seus comportamentos, nos mares e oceanos, incentivando simultaneamente ao não abandono de resíduos nas suas praias.

- **Festivais de Verão: Festival MED, Porto Primavera Sound e Vodafone Paredes de Coura:**

Com o intuito de sensibilizar o público-alvo destes festivais, a Novo Verde esteve presente com o objetivo de alertar para a importância do correto descarte e encaminhamento do resíduo de embalagem produzido neste tipo de eventos.

- **Programa “Querido Mudei a Casa” na TVI:**

A Novo Verde juntou-se ao programa de televisão “Querido Mudei a Casa” para esclarecer a população para a separação e correto encaminhamento de resíduos e sensibilizar os telespectadores para a adoção de boas práticas ambientais.

- **Ação Vital Sport:**

Evento que visa chamar a atenção para os benefícios da atividade física e do desporto, e torná-los acessíveis ao maior número de pessoas. A Novo Verde, em parceria com a Decathlon, levou a cabo ações de sensibilização e consciencialização sobre a correta separação e encaminhamento de resíduos de embalagens em oito lojas de Norte a Sul do país.

- **Ação “SUP Time”:**

Numa colaboração entre a Novo Verde e o Recheio Cash & Carry, foram dadas a conhecer ao público-alvo, de forma apelativa, clara e acessível, várias medidas da Diretiva SUP, de Plásticos de Utilização Única.

- **Ação “Recicla-me”:**

Campanha da Novo Verde em parceria com as lojas Amanhecer, visando a sensibilização para a correta reciclagem de embalagens, reforçando a importância do consumidor no ato da deposição das mesmas nos ecopontos.

- **Ação Waste Summit:**

A Waste Summit, que visa fomentar a discussão e reflexão sobre os temas do consumo, economia e sustentabilidade nos dias de hoje, e tem como objetivo a partilha das melhores práticas entre os vários setores da sociedade, contou com a participação da Novo Verde para a promoção da literacia ambiental e despertar a consciência dos portugueses para a adoção de práticas sustentáveis, assegurando a continuidade da reciclagem e o correto encaminhamento de resíduos de embalagens, fomentando a economia circular através da redução, reutilização, reciclagem ou valorização e recuperação de materiais e de energia.

- **Ação de I&D: Rede de Recolha Própria – Pingo Doce Malveira:**

A Novo Verde, em parceria com o Município de Mafra, o Pingo Doce da Malveira e a Tratolixo, manteve ativo o projeto piloto de incentivo à recolha de resíduos de embalagens de bebidas em plástico PET não reutilizáveis. Este projeto tem mostrado forte adesão por parte dos consumidores, tendo recolhido, até final de 2023, mais de 1 milhão e 763 mil garrafas desde o seu início (projeto a decorrer desde outubro de 2019).

- **Ação de I&D: “Mafra Reciclar a Valer+”:**

Este projeto, tal como foi constituído inicialmente (EEA Grants) terminou a 30 de junho de 2022, tendo os vários parceiros mantido o seu funcionamento numa perspetiva de rede de recolha própria da Novo Verde. Contemplando a recolha de garrafas de plástico, nas lojas Pingo Doce Malveira, Pingo Doce Mafra e Minipreço Ericeira), este projeto permitiu recompensar os cidadãos pela entrega dos seus resíduos nestas máquinas.

- **Ação de I&D: “Negócios com Mais Valor”:**

Tendo como material alvo as embalagens de Plástico, Alumínio e Aço, a Novo Verde e os seus parceiros Valorsul e Recheio, Cash & Carry pretenderam promover a entrega destes resíduos por parte do canal HORECA e dos proprietários dos estabelecimentos comerciais, clientes do Recheio de Loures. Através de um valor de incentivo, foi possível atingir já em 2024 as 50 toneladas de resíduos colocados pelos clientes.

- Ações destinadas à indústria, comércio, serviços, academia e outras entidades de desenvolvimento tecnológico:

- **Onde Estiver, Recicle Sempre 2023:**

Ação de formação dirigida a empresas clientes SPV, com um total de 50 ações desenvolvidas em 2023.

- **Electrão Tailormade:**

Ação com a Beiesdorf Portuguesa, com a colocação de 5 Ecobolas NIVEA com ecopontos para recolha de resíduos de embalagens, construídas com resíduos de embalagens reciclados, e que promove a sensibilização e correta separação. Campanhas digitais, nas redes sociais, sobre gestão responsável dos resíduos de plástico com a Carvalhos, a Vimeiro e a Penacova.

- **Separação de Embalagens da Limpeza Urbana:**

5 Ações de Formação da Electrão, destinadas às autarquias locais para sensibilização do potencial de valorização de embalagens na Limpeza Urbana com apresentação dos

resultados do projeto e 2 Sessões de apresentação dos resultados do piloto à Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia, Lisboa eNOVA e SGR.

- **Ação de I&D: “Novo Verde – Packaging Enterprise Awards”:**

Tendo como principal objetivo a identificação dos melhores projetos e soluções competitivas, no âmbito da economia circular e da reciclagem de resíduos de embalagens, a nova edição do programa abriu oportunidade para que a indústria, universidades, comércio, serviços e outras entidades de desenvolvimento tecnológico apresentassem projetos no âmbito do ciclo de vida das embalagens. Os parceiros mantiveram-se, desde a edição anterior: EY e Expresso.

- **Ação de I&D: Observatório dos Plásticos:**

Esta iniciativa setorial, contou com a APIP como parceiro, e pretende desenvolver um inquérito anual à indústria de reciclagem e transformadora de plásticos, permitindo ser um contributo claro e objetivo para a obtenção de dados fidedignos sobre as quantidades de resíduos processados e reciclados produzidos, por polímero, bem como sobre a sua incorporação em novos produtos, entre outra informação relevante (ex.: níveis de reciclabilidade).

- **Ação de I&D: Reciclagem dos Plásticos Mistos provenientes do Tratamento Mecânico e Biológico:**

Como forma de contribuir para as metas de reciclagem estabelecidas a nível comunitário, a Novo Verde, em conjunto com as restantes Entidades Gestoras do SIGRE, a Resíduos do Nordeste e a Fuschiafusion, com a coordenação da Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável criaram esta parceria no sentido de encaminhar para reciclagem as embalagens da categoria “plásticos mistos” triadas nas unidades de tratamento mecânico e biológico (TMB), para além das já encaminhadas da recolha seletiva.

- **Outro tipo de ações: Pacto Português para o Plástico:**

Iniciativa coordenada pela Associação Smart Waste, com a participação de entidades parceiras envolvidas na cadeia de valor dos plásticos nacional, aos diversos níveis, o Pacto Português para os Plásticos propõe-se atingir Metas ambiciosas até 2025. Foram realizadas inúmeras reuniões, com carácter formativo, do GT da Reciclagem e 100% Reciclável, GT Materiais Alternativos e ACV, GT Novos Modelos de Negócio, GT Papel.

- **Outro tipo de ações: Better Plastics:**

O projeto ‘Better Plastics: Plastics in a Circular Economy’, constituiu-se como um projeto estratégico do Sector dos Plásticos em Portugal, alavancando a transição do setor rumo a uma economia mais circular e neutra em carbono. Surgindo de uma iniciativa da APIP – Associação Portuguesa da Indústria dos Plásticos, permite mobilizar o sector privado juntamente com as autoridades nacionais, as universidades e os cidadãos, contribuindo para atingir os objetivos europeus em matéria de Economia Circular, redução das emissões de gases com efeito estufa, maior eficiência de recursos e criação de emprego.

3. % de orientações da “Ação 4 – Alimentar sem sobrar” do PAEC 2017-2020 concretizadas

No horizonte Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017-2020, foram concretizadas 6 das 7 orientações (86%) respeitantes à “Ação 4 - Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável”, conforme representado na tabela seguinte. A orientação que não foi executada na vigência do PAEC, assinalada com “⊕”, foi considerada no PAEC II, conforme referido anteriormente:

Área de atuação	Orientação (descrição)	Execução
ENCDA E PACDA	Apoiar as ações no âmbito da estratégia e plano de ação de combate ao desperdício alimentar, nas suas múltiplas vertentes, sendo reforçadas nos pontos subsequentes as medidas junto do consumidor e do produtor, nomeadamente as ferramentas de prevenção e comunicação (e.g., plataforma eletrónica para gestão interativa de bens alimentares com risco de desperdício, redes locais de produção distribuição-consumo) e medidas de redução de desperdício transversais à cadeia de valor.	☺
Consumidor	Propor campanhas de informação sobre o significado dos rótulos de validade.	☺
Consumidor	Apoiar o desenvolvimento ou teste de soluções orientadas para a redução de desperdício alimentar em zonas urbanas.	☺
Consumidor	Propor zonas ou incentivos «zero desperdício» no retalho.	☺
Consumidor	Garantir a articulação de medidas com outras estratégias concorrentes para o objetivo, como seja a EI para a Promoção da Alimentação Saudável.	☺
Resíduos, subprodutos e matérias-primas secundárias	Análise de barreiras legais relativas ao uso de subprodutos da cadeia de valor para uso em cascata, reutilização ou <i>upcycling</i> .	☺
Resíduos, subprodutos e matérias-primas secundárias	Revisão da legislação associada à doação de bens alimentares em articulação com as orientações europeias — C(2017) 6872 final.	☹

Fonte: Adaptado de Balanço das Atividades do PAEC e dos Resultados Alcançados entre 2018 e 2020, v2

As ações desenvolvidas de comunicação e divulgação sobre embalagens abordam a problemática de uma forma abrangente, visando a sensibilização e adoção de comportamentos mais sustentáveis, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

Relativamente às ações de carácter regulamentar, será relevante promover a agilização do processo de doação de bens alimentares, através da revisão da legislação aplicável e da eventual simplificação e digitalização do processo, salvaguardando a segurança alimentar, a ação prevista no novo PAEC II, plano com aprovação expectável no decurso do corrente ano.

Mais referir, que no PAEC II, estão ainda previstas outras ações que se antecipam poderem ter impacto no âmbito da ENSANP, designadamente o premiar de boas práticas “zero desperdício” (p.e. no retalho), a realização de estudos para otimização de cadeias de abastecimento ou a adoção de requisitos de circularidade no sistema de classificação dos empreendimentos turísticos que contribuam para o combate ao desperdício.

Entidade: APA

## Medida 3.2 Identificar sistemas locais de abastecimento e consumo alimentar

### Exemplos de boas práticas e de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico

#### (APA)

No âmbito do novo PAEC 2024-2030 (PAEC II) está prevista uma ação que visa desenvolver estudos para otimização de cadeias de abastecimento envolvendo o desenho das redes de cadeias de abastecimento em ciclo fechado (logística associada à distribuição de produtos), inteligentes e colaborativas (por exemplo, definição de localização e número de centros de recolha) e proposta de rotas eficientes, que potenciem a reutilização e reparação de produtos, bem como a reciclagem de resíduos.

Destaca-se, ainda, um programa do Fundo Ambiental com especial relevo, o qual visa apoiar a prossecução da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, e que inclui as seguintes áreas chave gerais de apoio: "reduzir o desperdício de alimentos pelo retalho, pelo consumidor e ao longo das cadeias de produção e abastecimento"; "promover uma alimentação mais sustentável, com enfoque no meio escolar"; e "promover a criação de circuitos curtos agroalimentares".

#### Iniciativas identificadas pelo GPP

##### Fruta Feia

A Fruta Feia é uma cooperativa de consumo sem fins lucrativos que luta contra o desperdício alimentar devido à aparência, comprando aos agricultores da região as frutas e hortícolas rejeitados pela grande distribuição por razões estéticas (cor, calibre e formato). Com esses produtos monta cabazes e vende-os aos consumidores associados em pontos de entrega espalhados pelo país. Arrançou em Novembro de 2013 com 1 ponto de entrega em Lisboa, 10 agricultores e 100 consumidores e evitava o desperdício de 500 Kg por semana. Hoje, volvidos 11 anos conta com 375 produtores locais, 16 espaços ou delegações, cerca de 9100 consumidores regulares inscritos e já evitou 5776 toneladas de fruto-hortícolas que iriam parar ao lixo! A Fruta Feia visa criar um mercado alternativo para os fruto-hortícolas "feios" capaz de alterar padrões de consumo. Um mercado que gere valor para os agricultores e consumidores e combata tanto o desperdício alimentar como o gasto desnecessário dos recursos utilizados na sua produção (137 hectares de solo valorizado, 6 338 226 m<sup>3</sup> água valorizada e 8 281 008 KWh de energia valorizada)

(Fonte: Fruta Feia, maio de 2024).

##### Da Horta ao Prato sem Desperdício (JF Olivais)

Em abril de 2016, a Junta de Freguesia de Olivais (JFO), passou a assegurar a gestão dos sete refeitórios das escolas básicas do 1.º ciclo e jardins-de-infância da freguesia, que totaliza 1669 crianças. O compromisso público de melhorar a qualidade das refeições escolares, aliado à capacidade logística da JFO explicam a decisão pela confeção das refeições localmente, em detrimento da contratação de um serviço de catering. Com as diversas obras de requalificação de que foi alvo o parque escolar tornou-se possível contemplar alguns canteiros com substrato vegetal. As equipas da Componente de Apoio à Família (CAF), constituídas por 52 monitores, aproveitando estes novos espaços iniciaram com as crianças o cultivo de alguns produtos hortícolas, tais como o tomate-cereja, alface, coentros, salsa, hortelã. Além de que, quando o projeto começou, o solo era fertilizado com agroquímicos, atualmente o solo é enriquecido com o produto da compostagem originário das hortas e dos refeitórios. O projeto da eliminação do desperdício alimentar conta com a envolvência de toda a comunidade escolar no desenvolvimento das ementas e no contacto dos alimentos que as constituem. Após esta fase, no final

de cada refeição as crianças passaram a depositar os restos dos alimentos deixados nos seus próprios pratos, em recipientes para o efeito. O subprojecto da eliminação do desperdício alimentar conta com a envolvimento de toda a comunidade escolar – e principalmente as crianças – no desenvolvimento das ementas e no contacto dos alimentos que as constituíam. Após esta fase, no final de cada refeição as crianças passaram a depositar os restos dos alimentos deixados nos seus próprios pratos (sopa, prato principal e salada), em recipientes para o efeito. Com a colaboração da equipa docente são medidos diariamente os desperdícios e regista-se num pictograma exposto, para todos poderem acompanhar os níveis de sobras.

Este projeto já se traduziu igualmente num maior número de refeições saudáveis consumidas mensalmente nos refeitórios escolares – de 25.905 refeições para 32.865 refeições (ano letivo de 2017/2018); e criação de emprego local. Em resultado da implementação destas novas práticas de confeção alimentar a JFO renovou o seu Rótulo Europeu de Responsabilidade Social, atribuído pelo Centro Europeu na implementação de boas práticas sociais.

No ano letivo de 2016/2017 - momento anterior à implementação destas medidas - eram desperdiçados em média, por escola e por dia: Sopa: 10 kg | Prato Principal: 15 kg | Salada: 1 kg. Após um ano de implementação do projeto os resultados por escola e por dia são significativamente mais baixos: Sopa: 2,5 kg | Prato Principal: 1 kg | Salada: 200 gr

(Fonte: JFOlivais, Outubro de 2022).

#### **Iniciativas identificadas pela DGADR**

##### **Novos projetos de 2023:**

“Da Nossa Terra” – Projeto do Município de Penafiel, com envolvimento Juntas de Freguesia, Cooperativa Agrícola de Penafiel -

<https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/penafiel.pdf>

##### **Projeto Cantinas Verdes Viseu Dão e Lafões (PNAES)**

[https://ecoxxi.abaae.pt/our\\_news/cantinas-verdes-uma-estrategia-intermunicipal-em-viseu-dao-lafoes/](https://ecoxxi.abaae.pt/our_news/cantinas-verdes-uma-estrategia-intermunicipal-em-viseu-dao-lafoes/)

##### **Arouca Agrícola: produzir local consumir local**

<https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/arouca.pdf>

<https://www.cm-arouca.pt/municipio/areas-de-atuacao/agricultura/arouca-agricola/>

##### **Rede Alimentar de Mértola**

<https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/rede-alimentar-mertola/>

<https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/mertola.pdf>

##### **SMEA- Semear em Montemor Estratégia Alimentar**

<https://smea.cm-montemornovo.pt/>

##### **Projeto Revitalgarve – Pela criação de sistemas alimentares sustentáveis**

<https://www.revitalgarve.pt/>

## **Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar PSAE - Concelho de Torres Vedras**

<https://www.cm-tvedras.pt/educacao/saude-e-alimentacao/programa-de-sustentabilidade-na-alimentacao-escolar>

[https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/torres\\_vedras.pdf](https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/torres_vedras.pdf)

## **Programa de valorização dos Produtores e Produtos – Terras do VEZ – Produtos Locais nos refeitórios escolares de Arcos de Valdevez**

<https://www.cmav.pt/p/valorizar>

[https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/arcos\\_de\\_valdevez.pdf](https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/arcos_de_valdevez.pdf)

## **Projeto TerraAlimenta - Transição para um Sistema Alimentar Territorializado" Promovido Associação ESDIME**

<https://www.esdime.pt/projeto-terraalimenta>

### **Do ano anterior (2022) já identificados no 1º Relatório de 2022:**

#### **Cabaz da Carne da Marinhola DOP**

O cabaz da Carne da Marinhola é promovido pela Associação de Criadores da Raça Marinhola, e a sua criação e posterior diversificação permitiu aumentar a venda de cabazes e a área de comercialização desta carne DOP, para os concelhos limítrofes de Aveiro e de Coimbra. Esta iniciativa permitiu aumentar o efetivo pecuário desta raça, aumentar os rendimentos dos produtores e os consumidores usufruírem de uma carne de qualidade a preço justo. [Vídeo](#)

#### **Cabaz PROVE**

O circuito curto cabaz PROVE, iniciou-se em 2006, sendo atualmente promovido por 16 Associações de Desenvolvimento Local, abrangendo 12 distritos do território nacional. O cabaz PROVE (hortícolas e frutícolas) é comercializado diretamente pelos produtores que aderem à sua metodologia, organizados em núcleos PROVE e a sua gestão é feita através de uma ferramenta TIC. [Saber mais](#)

#### **Produtos Locais nos refeitórios escolares de Arcos de Valdevez**

Esta iniciativa promove o fornecimento de Carne Cachena da Peneda, certificada com Denominação de Origem Protegida em refeitórios escolares do concelho de Arcos de Valdevez.

#### **Arouca Agrícola**

O projeto Arouca Agrícola é gerido pela Associação Geoparque Arouca e sob o lema “Produzir Local, Consumir Local” o projeto apoia tecnicamente os produtores e o escoamento dos produtos em circuitos curtos – loja Arouca Agrícola, comércio local e cantinas escolares. A componente turística do projeto, o “Menu GeoFood”, promove o consumo de produtos locais nos restaurantes.

#### **Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar (PSAE) em Torres Vedras**

Circuito Curto de fornecimento de refeições escolares no concelho de Torres Vedras, através da elaboração de ementas nutricionalmente equilibradas, da adoção de critérios e exigências ambientais no processo de adjudicação dos produtos, da redução do desperdício alimentar inerente ao serviço de refeições, da promoção e valorização das dinâmicas locais de proximidade que potenciam a economia

local e do combate à obesidade infantil com a promoção de hábitos alimentares e estilos de vida mais saudáveis. [Vídeo](#)

### **REDE ALIMENTAR DE MÉRTOLA**

Rede Alimentar de Mértola é uma estratégia municipal desenvolvida em parceria por vários atores locais que pretende valorizar os produtos e processos de produção local e de capacitação da comunidade para a implementação progressiva de um sistema agroalimentar de base local.

Neste âmbito têm sido desenvolvidas diversas ações, entre elas: “À Noite no Mercado”, “A Origem dos Alimentos”, “A Cozinha da Avó”, “Banca no Mercado”, “Hortas Sintrópicas” nas escolas, Criação de uma bacia de produção local, etc.

### **Fornecimento de Hortícolas nos refeitórios escolares da Freguesia de Canaviais, Évora**

Este circuito curto promove o fornecimento de hortícolas de produtores locais nos refeitórios escolares da freguesia de Canaviais, apoiando a pequena produção local e aumentar a qualidade da alimentação nas cantinas escolares.

### **Abastecimento de hortofrutícolas a cantinas de Évora**

Circuito curto que promove o fornecimento de hortícolas, frutícolas e plantas aromáticas de pequenos produtores locais a cantinas de estabelecimentos escolares do concelho de Évora [Programa Municipal de Alimentação Escolar em Viana do Castelo](#)

Circuito Curto que promove o fornecimento de produtos locais e biológicos nas cantinas escolares de Viana do Castelo, utilizando das compras públicas como instrumento para privilegiar a qualidade das refeições escolares e as compras de proximidade.

### **Quintais nas Praças do Pinhal**

Um circuito curto de comercialização dos produtos excedentes da pequena agricultura familiar de 5 concelhos da região do Pinhal Interior através da realização 1 mercado por mês, rotativamente entre os 5 concelhos, e onde só participam os produtores e artesão dessa região.

### **Cantinas com SAL em Alte**

Criação de um sistema alimentar local para fornecimento de produtos à restauração coletiva na freguesia de Alte, concelho de Loulé, no Algarve.

### **Sistema Alimentar Territorial na Região do Algarve**

Criação de um sistema Alimentar Territorial na Região do Algarve, iniciativa que integra um conjunto muito variado de parceiros e projetos na Região do Algarve, nomeadamente o projeto [Sistemas Alimentares Sustentáveis](#), promovido pela AMAL

### **FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (AML)**

A rede *Foodlink* é desenvolvida por uma parceria que integra mais 30 parceiros públicos, privados e académicos empenhados na transição do sistema alimentar da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e tem como objetivo garantir que até 2030, 15% do aprovisionamento alimentar da AML seja feito localmente recorrendo a modelos de agricultura mais ecológicos, soluções inovadoras no ordenamento do território, circuitos alimentares de proximidade e promovendo a Dieta Mediterrânica e a literacia alimentar.

